

Agricultoras familiares e sua inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): organização associativa, políticas públicas e protagonismo feminino.

Trabalho de Conclusão de Curso no Formato de Dois Artigos

Fabiane Oliveira dos Santos

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2024**

Agricultoras familiares e sua inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): organização associativa, políticas públicas e protagonismo feminino.

Trabalho de Conclusão de Curso no Formato de Dois Artigos

Fabiane Oliveira dos Santos

Trabalho apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: **Prof^a. Dr^a.** Eliene Gomes dos Anjos

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

S2 37a	<p>Santos, Fabiane Oliveira dos.</p> <p>Agricultoras familiares e sua inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): organização associativa, políticas públicas e protagonismo feminino / Fabiane Oliveira dos Santos. _ Cruz das Almas, BA, 2024.</p> <p>54f.; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Eliene Gomes dos Anjos.</p> <p>1.Agricultura familiar – Políticas públicas. 2.Agricultura familiar – Programa Nacional de Alimentação Escolar – Brasil. 3.Mulheres – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p>CDD: 338.10981</p>
-----------	---

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela
Elaboração Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Agricultoras familiares e sua inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): organização associativa, políticas públicas e protagonismo feminino.

Trabalho de Conclusão de Curso no Formato de Dois Artigos

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado
Fabiane Oliveira dos Santos

Aprovada em: 27 de março de 2024

Documento assinado digitalmente
 **ELIENE GOMES DOS ANJOS**
Data: 22/04/2024 12:03:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Eliene Gomes dos Anjos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **DAIANE LORETO DE VARGAS**
Data: 16/05/2024 17:11:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Daiane Loreto de Vargas
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **EDILENE MACHADO PEREIRA**
Data: 16/05/2024 22:10:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a Edilene Machado Pereira
Universidade de Antioquia, Colômbia
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Deus, pois apesar de todas as dificuldades e obstáculos consegui chegar até aqui, graças a sua bondade e misericórdia. Por ser a minha força e o meu escudo.

Aos meus pais, Eliana e Calixto, e aos meus irmãos, Érica e Flávio, por me ajudar nessa trajetória, sempre me dando força e estímulo para seguir em frente, sendo meu porto seguro, os quais sempre estarão lá prontos para me fortalecer. Pelo apoio incondicional, pela companhia constante, pelas orações e palavras tão sábias. Obrigada pelos alicerces sólidos que me ajudaram em minha formação e em minha vida.

À meu noivo Edvan, pela paciência e companheirismo, que nos momentos mais difíceis se fez presente e me incentivou a seguir em frente e me mostrou o quanto posso ser forte.

À minha orientadora pela sua compreensão diante de um período de muitos desafios e por sua imensa capacidade acadêmica, por ter me dado direcionamento nos momentos em que mais precisei, pela disponibilidade e prontidão para me atender nos momentos de dúvidas e por ter confiança em minha evolução acadêmica.

Aos colegas do HUPES-UFBA, que no início de tudo me ajudaram muito, fazendo trocas na escala de trabalho para que eu pudesse participar das aulas.

À toda equipe da PROPAAE, pela acolhida e que sempre demonstraram apoio e solidariedade.

Aos meus colegas de mestrado por tornarem esse período mais leve, alegre e prazeroso, por juntos desfrutarmos da verdadeira vida acadêmica, com tantos momentos de dificuldades porém com descontração, em especial a Patrícia Matos, que se tornou por um tempo minha companheira de viagem e de perrengues no percurso entre Salvador e Cruz das Almas.

À Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia, pela receptividade e disponibilidade, obrigada por dedicarem seu tempo, atenção e confiança para que meu projeto pudesse ser realizado.

Muito Obrigada!

EPÍGRAFE

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.” Angela Davis

Agricultoras familiares e sua inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): organização associativa, políticas públicas e protagonismo feminino.

Trabalho de Conclusão de Curso no Formato de Dois Artigos

RESUMO

A agricultura familiar não se resume apenas em atividade agrícola, incorpora também representações sociais, culturais e políticas. É inegável que a participação feminina na agricultura familiar vem impulsionando o desenvolvimento socioeconômico rural, exigindo, portanto, o reconhecimento do protagonismo de mulheres agricultoras no trabalho produtivo e na comercialização dos estabelecimentos familiares, com repercussão na contestação da lógica patriarcal e nas diversas formas de desigualdades vivenciadas. Diante disto, o objetivo principal deste estudo foi evidenciar o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas inseridas no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em uma comunidade rural do Recôncavo, para romper com as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Especificadamente, buscou-se verificar o papel desempenhado pelo programa nas condições socioeconômicas e de autonomia dessas mulheres; visibilizar o protagonismo feminino rural e contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter compreensivo de natureza aplicada. O método adotado é um estudo de caso, em uma associação comunitária, na localidade da Sapucaia, em Santo Antônio de Jesus, território do Recôncavo da Bahia. Para a coleta de dados primários, realizamos duas oficinas com as agricultoras associadas que constituíram um grupo produtivo exclusivamente feminino, denominado Mulheres de Fibras. As oficinas realizadas foram norteadas em uma técnica denominada *world café*, que consiste em uma experiência dialogada da vivência das participantes sobre determinados temas. Também foram realizadas dez entrevistas com as integrantes dessa iniciativa, a partir de um roteiro semiestruturado. Posteriormente, analisamos os conteúdos das oficinas e das entrevistas com base nas categorias teóricas elaboradas pelo referencial teórico adotado. Os resultados reforçam a importância da organização associativa para romper com a lógica patriarcal e as relações desiguais que lhe dão sustentação, como as de gênero e raça. Revelou que há um longo caminho para a autonomia econômica plena, ainda que esta esteja em curso, pois as entrevistadas compõem os rendimentos familiares, participam das decisões no âmbito doméstico, reconhecem as assimetrias nos papéis de homens e mulheres, inclusive na permanência da divisão sexual no trabalho reprodutivo. Inferimos, também, que a participação na associação se constitui em um espaço de tomada de consciência das relações de submissão que historicamente as mulheres rurais foram submetidas, apontando indícios de rupturas com esta situação, além de demonstrar a importância econômica e social do PNAE como mecanismo de protagonismo das mulheres agricultoras familiares.

Palavras-chave: Trabalho; Desigualdade de gênero e raça; Mulheres rurais; Patriarcado; Autonomia econômica.

Family farmers and their inclusion in the National School Feeding Program (PNAE): associative organization, public policies and female protagonism.

Course Conclusion Paper in the Format of Two Articles

ABSTRACT

Family farming is not just about agricultural activity, it also incorporates social, cultural and political representations. It is undeniable that female participation in family farming has been boosting rural socioeconomic development, therefore demanding recognition of the leading role of women farmers in productive work and in the commercialization of family establishments, with repercussions in challenging patriarchal logic and various forms of inequalities. experienced. Given this, the main objective of this study was to highlight the process experienced by associated family farmers included in the National School Feeding Program – PNAE, in a rural community in Recôncavo, to break with the disadvantages faced by their gender condition. Specifically, we sought to verify the role played by the program in the socioeconomic conditions and autonomy of these women; make rural female protagonism visible and contribute to the training of women farmers so that they can place their products in the markets, under more competitive conditions in terms of nutritional care. This is research with a qualitative approach, of a comprehensive nature and applied in nature. The method adopted is a case study, in a community association, in the town of Sapucaia, in Santo Antônio de Jesus, territory of Recôncavo da Bahia. To collect primary data, we held two workshops with associated farmers who formed an exclusively female productive group, called Fiber Women. The workshops held were guided by a technique called world café, which consists of a dialogued experience of the participants' experiences on certain topics. Ten interviews were also carried out with the members of this initiative, based on a semi-structured script. Subsequently, we analyzed the contents of the workshops and interviews based on the theoretical categories elaborated by the adopted theoretical framework. The results reinforce the importance of associative organization to break with patriarchal logic and the unequal relationships that support it, such as gender and race. It revealed that there is a long road to full economic autonomy, even though it is ongoing, as the interviewees make up the family income, participate in domestic decisions, recognize the asymmetries in the roles of men and women, including the permanence of sexual division in reproductive work. We also infer that participation in the association constitutes a space for becoming aware of the relations of submission that rural women have historically been subjected to, pointing out signs of ruptures with this situation, in addition to demonstrating the economic and social importance of the PNAE as a mechanism protagonism of women family farmers.

Keywords: Work; Gender and race inequality; Rural women; Patriarchy; Economic autonomy.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
EPÍGRAFE	5
RESUMO	6
SUMÁRIO	8
APRESENTAÇÃO	10
PRIMEIRO ARTIGO	12
RESUMO	12
INTRODUÇÃO	13
A LÓGICA PATRIARCAL NA ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO	14
QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA NO MEIO RURAL: UM PARALELO COM OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO	17
A ASSOCIAÇÃO FEMININA COMO ESTRATÉGIA PARA ROMPER A SUBMISSÃO	20
TROCA DE SABERES PARA QUALIFICAR A PRODUÇÃO DAS AGRICULTORAS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
SEGUNDO ARTIGO	31
RESUMO	32
INTRODUÇÃO	32
A HORA E A VEZ DAS AGRICULTORAS FAMILIARES: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO TRABALHO FEMININO NO CAMPO	33
PNAE: POLÍTICA ESTRATÉGICA DE FORTALECIMENTO DAS AGRICULTORAS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES	37
TRILHANDO OS CAMINHOS DA AUTONOMIA ECONÔMICA	42
ASSOCIATIVISMO: UM CAMINHO PARA NÃO SER MAIS COADJUVANTE	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE I	52
APÊNDICE II	53
APÊNDICE III	54

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é composto por dois artigos, um dos formatos possíveis do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PPGGPP), do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para conclusão do mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas. Os resultados apontados nos dois artigos são frutos da pesquisa realizada entre 2022 e 2024, com aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, sob nº 68273723.3.0000.0056.

A pesquisa tem como objetivo principal evidenciar o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas inseridas no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em uma comunidade rural do Recôncavo, para romper com as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Seus objetivos específicos são: i) verificar o papel desempenhado pelo programa nas condições socioeconômicas e de autonomia dessas mulheres; ii) visibilizar o protagonismo feminino rural; iii) contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter compreensivo e descritivo, tendo em vista que se centraliza nos atores envolvidos, uma vez que traz contribuições fundamentais na pesquisa social, com ênfase nos processos e nos significados dos fatos, tendo como método de pesquisa adotado o estudo de caso. Foram realizadas duas oficinas educativas de forma presencial com as agricultoras familiares de uma associação localizada na comunidade rural da Sapucaia, município de Santo Antônio de Jesus, território do Recôncavo, na Bahia. A primeira oficina, com o tema “mulheres rurais: desafios e direitos”, foi realizada com a dinâmica conhecida como *World* café. Trata-se de uma metodologia ativa, que se dá através do diálogo colaborativo e flexível, que ajuda na mediação das aprendizagens em grupos. A segunda oficina teve como tema as “Boas Práticas de Produção e o acesso às políticas públicas (PNAE)”, ministrada pela pesquisadora que é nutricionista com o intuito de colaborar com a participação do grupo no PNAE, foi realizada ainda uma coleta de informações das participantes com a aplicação de um questionário.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado por meio de conversas presenciais, contendo perguntas objetivas e subjetivas, dando autonomia para que as entrevistadas se expressem livremente, sendo a pergunta um ponto de partida, na qual todos os seus dizeres, visões e opiniões foram levadas em conta para a análise. Foi delimitado como grupo de estudo as agricultoras familiares da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACs), inseridas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vale ressaltar que 15 associadas criaram um grupo denominado Mulheres de Fibras, a partir de um projeto de extensão da UFRB com o mesmo nome, em 2017. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e agosto de 2023, contou com a participação de dez mulheres que fornecem produtos para o PNAE. Após a coleta e tratamento dos dados foi feita a análise de conteúdo, a partir das categorias elaboradas com o referencial teórico da pesquisa.

Na sequência, apresentamos os dois artigos que serão submetidos às revistas Feminismos da UFBA e Emancipação da UEPG, portanto, estão formatados de acordo com a orientação editorial de cada periódico.

O primeiro artigo, “O protagonismo feminino rural em uma comunidade do Recôncavo da Bahia”, busca compreender o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas de uma comunidade rural para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Busca-se, também, visibilizar o protagonismo feminino rural e contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais. O segundo artigo, “Agricultoras familiares e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): participação associativa e autonomia econômica”, buscou evidenciar a trajetória das agricultoras familiares associadas inseridas no PNAE e verificar o papel desempenhado pelo programa nas condições socioeconômicas e de autonomia dessas mulheres.

Pretende-se com estes artigos contribuir para a construção de uma relação mais equânime entre homens e mulheres no meio rural, visto que as mulheres rurais ainda se deparam com entraves para que haja reconhecimento da sua contribuição para o desenvolvimento rural. Almeja-se, ainda, demonstrar o potencial do PNAE quanto política pública e do associativismo como mecanismo de inclusão que potencializam rupturas com a dominação masculina e fomentam o protagonismo das mulheres agricultoras familiares.

PRIMEIRO ARTIGO

O PROTAGONISMO FEMININO RURAL EM UMA COMUNIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Fabiane Oliveira dos Santos
Eliene Gomes dos Anjos

RESUMO

As agricultoras familiares desempenham importante papel na força de trabalho nos espaços rurais, apesar das desvantagens que enfrentam devido à lógica patriarcal que impera nas relações sociais no campo. Nesta perspectiva, este artigo objetivou compreender o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas de uma comunidade rural do Recôncavo para romper com as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Buscou-se, também, visibilizar o protagonismo das mulheres rurais e contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais. O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que constitui estratégia para investigação de acontecimentos contemporâneos, para isto, foram realizadas duas oficinas de forma presencial com as agricultoras familiares de uma associação localizada em uma comunidade rural no Recôncavo da Bahia. As narrativas das mulheres elucidam a relevância da inserção das agricultoras em empreendimentos associativos, e, particularmente, em grupos de mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero, na valorização e reconhecimento do trabalho feminino. Por meio da participação associativa e do acesso às políticas públicas, em alguma medida, alcançaram autonomia econômica e entenderam as lógicas que estratificam os papéis de homens e mulheres, sobretudo da mulher negra, para que lutem pelo protagonismo feminino rural no cotidiano da comunidade e na esfera doméstica.

Palavras-chave: Agricultoras Familiares; Interseccionalidade, Patriarcado; Organização associativa; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa uma forma social específica cuja atividade produtiva articula o grupo familiar com a terra e com os meios de produção. Neste modo de viver, as mulheres têm papel crucial pela atuação no trabalho produtivo e reprodutivo, ainda que enfrentem diversas formas de desigualdades devido às lógicas patriarcais e racistas que permeiam as relações sociais nos espaços rurais. A sociedade patriarcal se constitui um sistema de dominação masculina por meio de um pacto interclassista, no qual os indivíduos do sexo masculino se sobressaem universalmente como gênero hegemônico. No meio rural, esse binômio de dominação/submissão ainda é mais acentuado, uma vez que ocorre a divisão sexual do trabalho, relegando as mulheres à condição de ajuda no trabalho produtivo e à obrigatoriedade nas atividades domésticas e do cuidado.

Segundo Pimbert (2009), as mulheres rurais constituem a maior força de trabalho dos sistemas alimentares. A autora demonstra nas suas análises a importância das mulheres nos sistemas de base agroecológica, não apenas em termos econômicos, mas também pelo sentido e sua contribuição para as relações sociais, econômicas e da própria vida em pressupostos mais sustentáveis. No entanto, é notória a permanência do patriarcado como sistema

estruturador das relações sociais, tornando-se necessárias reflexões relativas às configurações que assumiu diante da dinâmica social. Estabelecer esse debate impõe uma reflexão sobre as relações de gênero e raça que também estruturam as desigualdades no Brasil, com conotações mais perversas nos espaços rurais porque as agricultoras lutam pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho.

Desse modo, tornam-se necessários estudos que permitam avançar nessas discussões e que busquem compreender os processos de rupturas na hierarquia de gênero na economia rural, evidenciando a importância do trabalho feminino em diferentes contextos. Este artigo segue esta perspectiva, ao delimitar como objetivo principal compreender o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas de uma comunidade rural do Recôncavo para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Busca-se, também, visibilizar o protagonismo feminino rural e contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais.

Trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa, de caráter compreensivo e descritivo, centralizada nos atores envolvidos, uma vez que traz contribuições fundamentais à pesquisa social, com ênfase nos processos e nos significados dos fatos, cuja preocupação está centrada em compreender o protagonismo da agricultora familiar associada. O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que constitui estratégia para investigação de acontecimentos contemporâneos, buscando compreender com maior detalhamento e profundidade, dentro do seu contexto da vida real, fenômenos sociais complexos, quando não há manipulação de comportamentos relevantes, e os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2005).

O trabalho de campo foi realizado com um grupo de agricultoras familiares que integram um empreendimento associativo na comunidade rural da Sapucaia, no município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo da Bahia. Para a coleta dos dados foram realizadas duas oficinas de forma presencial com as agricultoras, na sede dessa Associação. A interação entre a pesquisadora e as participantes alicerçou-se no método ativo. Este consiste em um processo de aprendizagem no qual o respeito é um ponto fundamental na relação entre educador e educando. Respeitar o tempo, a capacidade criativa do educando, as manifestações do senso comum e a curiosidade são inerentes ao método ativo (Freire, 1996). Um dos grandes méritos deste método está em instigar a autonomia do sujeito de forma que este venha a se perceber dentro do processo de aprendizagem como protagonista.

Além desta seção introdutória, o artigo segue estruturado em mais cinco seções. A seção seguinte trata da relação entre o patriarcado e as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres rurais. Na terceira seção, uma reflexão sobre a interseção das questões de gênero e raça no contexto das agricultoras familiares ilustrada pelos dados do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A quarta seção trata da associação como ferramenta de ruptura da subalternidade feminina. Na quinta seção, uma breve reflexão sobre a oficina de boas práticas no manuseio da produção alimentícia que propiciou a troca de saberes entre a pesquisadora e as pesquisadas. Por fim, as considerações finais.

A LÓGICA PATRIARCAL NA ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO

A formação histórica da sociedade brasileira revela um cenário construído de exclusão e subalternização da mulher, regida pela lógica patriarcal que impõe a dominação masculina e hierarquiza os trabalhos produzidos por homens e mulheres, invisibilizando o trabalho feminino rural, o que resultou em séculos de discriminação, exploração, opressão e violência

mais acentuadas no campo (Nascimento, 2017). Apesar dos avanços, ainda persistem no país enormes desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero e entre as zonas rural e urbana, demonstrando a manutenção de um contexto de ausência de direitos para uma significativa parcela das mulheres rurais (Cintrão; Siliprandi, 2011).

O espaço rural ainda se apresenta como um ambiente de reprodução de muitas práticas conservadoras, motivadas pela influência do patriarcado, da religião e do baixo nível de educação formal (Tavares; Minuzzo; Santos, 2021). O patriarcado baseia-se no controle do trabalho feminino, excluindo as mulheres do acesso aos recursos produtivos, dispendo as relações patriarcais no âmago das relações de produção (Bueno; Silva, 2020). Ao contrário do que se imagina, o patriarcalismo não se iniciou no latifúndio colonial brasileiro, mas desde a construção da vida social, estando o homem como o centro da família e ditador das regras a serem seguidas pelos outros componentes do grupo familiar. Segundo Bicalho (2020), tais práticas são oriundas das culturas ocidentais, de forma geral, desde os tempos greco-romanos.

Gilberto Freyre (1936) no início do século XX já identificava o regime patriarcal nas práticas e imaginário da sociedade brasileira. O homem concebia a mulher como uma criatura o mais diferente possível dele, a mulher era considerada o sexo fraco e belo, enquanto o homem o sexo forte e nobre, impedindo, dessa forma, a competição da mulher no domínio econômico e político, características que ainda imperam do patriarcalismo agrário, tal qual predominaram no Brasil colonial e imperial. Assim sendo, os princípios basilares da organização social são a subordinação hierárquica das mulheres aos homens e dos jovens aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade.

O padrão moral herdado do patriarcado rural se reflete nas mais diversas formas de discriminação, para além do machismo e da desigualdade de gênero, destaca-se também a discriminação contra a população negra. Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, impulsionados pela industrialização, evolução tecnológica e a expansão da participação feminina no mercado de trabalho, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na superação das desigualdades de gênero, com a forte persistência do patriarcado em suas diferentes formas e intensidades. Ainda persiste a concepção do homem como provedor e da mulher como cuidadora, estas expectativas da sociedade na definição dos papéis sociais prejudicam as mulheres que, em muitos casos, são moldadas a reproduzir o que lhes é imputado, compreendendo como sua obrigação, por exemplo, o trabalho reprodutivo.

Os estudos feministas e do feminismo negro têm demonstrado avanços no contexto descrito, mas ainda distantes de assegurar a emancipação das mulheres das diversas formas de dominação. No contexto rural atual, o patriarcado ainda impera no estabelecimento agropecuário, no qual os homens são tidos como os principais produtores e chefes da família, cabendo às mulheres as incumbências do espaço doméstico, ocupando lugares como de ajudante, realizando as atividades domésticas e as do cuidado que não são remuneradas, tampouco reconhecidas como trabalho. Uma reflexão crítica sobre o trabalho rural faz-se necessária para desvendar a sua dimensão para além da esfera da produção, pois é preciso problematizar a hierarquização do âmbito produtivo sobre o doméstico e o de cuidados. Ao se refletirem as especificidades dos espaços rurais fora da lógica patriarcal, visibilizará o trabalho feminino rural em suas mais diversas facetas, inclusive na esfera produtiva (Anjos; Conceição, 2023).

Na agricultura, as diferenças de gênero estão rigorosamente presentes, por meio da hierarquia familiar, da divisão sexual do trabalho, da desvalorização e invisibilização da força de trabalho feminino, resultando na exclusão dessas do protagonismo na esfera produtiva (Nascimento, 2017). Na divisão sexual do trabalho, cabe à mulher o espaço privado, que abrange os arredores da casa, com produção nos quintais e a criação de pequenos animais. Não obstante, há uma força de trabalho feminino empregada nos processos produtivos das lavouras, porém, na maioria das vezes, a comercialização e o ambiente público são exercidos

pelos homens, o que prova a dominação e controle tanto do aspecto financeiro quanto das limitações impostas às mulheres para ocuparem esses ambientes (Santos *et al.*, 2020).

A cultura patriarcal desenvolvida e sistematizada no campo é tão marcante que a mentalidade, os privilégios e o poder centrado no patriarca perpassam por séculos e permanecem arraigados na sociedade, com algumas transformações em face das novas mudanças sociais ocorridas, tendo muitos de seus valores incutidos no pensamento conservador, que se traduz em inúmeras dificuldades, em uma enorme desigualdade econômica e social. Esses valores não se alinham a uma sociedade plural e democrática, por esse motivo vem avançando sobre as discussões identitárias e assumindo protagonismo o movimento das trabalhadoras rurais que confrontam esta lógica. Pacheco (2002) defende a quebra do paradigma dominante na economia que reforça as desigualdades de gênero, ignora o trabalho reprodutivo não remunerado da agricultora familiar e a divisão sexual do trabalho, devendo-se reconhecer todo trabalho exercido por essas mulheres.

A permutação dos modos de vida patriarcais está ligada à ocupação de espaços de poder pelas mulheres em posições de destaque na organização e na articulação dos movimentos. Por mais que haja avanços e conquistas das mulheres em contextos rurais, elas ainda têm que transpor muitos obstáculos, sendo um deles a dependência financeira (Maciazeki-Gomes; Nogueira; Toneli, 2016). A busca pela igualdade entre as mulheres e os homens deveria ser algo racional, voluntário e permanente, por meio de ações como a educação e a abertura do mundo público à participação das mulheres (Siliprandi, 2009). A invisibilização da atuação das mulheres agricultoras é uma barreira que vem sendo transposta com a participação em grupos produtivos, associações e cooperativas (Leal *et al.*, 2020). Assim, em se tratando do papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais, segundo Sen (2000), se percebe as agricultoras cada vez mais como atrizes sociais na busca por uma melhor qualidade de vida e exercendo um papel de agente ativa das mudanças.

As mudanças de ordem social, econômica, cultural e política estão sendo enfrentadas pelas mulheres agricultoras através da criação de novas formas de resistência e a partir de suas diferentes posições de gênero, de classe social e de raça. Buscam, deste modo, sair do estado de dependência econômica e constituir processos de autonomia e liberdade (Esmeraldo, 2021). A autonomia financeira oportuniza que mulheres em conjunturas de vulnerabilidade consigam alterar suas condições sociais e econômicas, e por meio de seu trabalho e através de seus esforços vêm modificando as estruturas de dependências patriarcais modernas, gerando sustento a si próprias e aos seus filhos, sem submeter-se aos agravos das relações de dominação (Teixeira, 2012).

Em vista disso, a autonomia das mulheres rurais vai além do que apenas a remuneração pelo trabalho realizado, perpassa por diversos campos, como valorização do salário mínimo, acesso a creches e previdência social, políticas públicas direcionadas às especificidades dos empreendimentos da economia solidária, o enfrentamento à violência, soberania alimentar e ampliação na participação política (Velloso; Anjos, 2022). Essa autonomia decorre do acesso a políticas públicas, que possuem papel fundamental para aumentar as liberdades a partir da expansão das capacidades e devem dirimir as principais fontes limitadoras como a pobreza e a opressão, e suscitar possibilidades de acesso à saúde, educação, meio ambiente saudável, e principalmente, igualdade e equidade (Araújo, 2020).

Superar o paradigma androcêntrico e hegemônico dominante é de extrema necessidade, tendo como caminho as políticas públicas, devendo essas enxergar as privações, as limitações e os obstáculos enfrentados pelas mulheres rurais e promover a expansão das capacidades e a equidade, além de reorientar o modelo de desenvolvimento e o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos políticos.

QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA NO MEIO RURAL: UM PARALELO COM OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO

A categoria gênero é um construto social que explicita as desigualdades entre homens e mulheres, utilizado como instrumento heurístico e político para designar as relações sociais entre os sexos. Conforme Scott (1995), seu uso rejeita explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, é, portanto, uma forma de indicar construções culturais, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Incorporando-a enquanto dimensão analítica, permite nomear campos das práticas sociais e possibilita compreender as relações sociais de forma relacional. No entanto, somente a categoria gênero não desvenda todas as desigualdades vividas pelo universo feminino, uma vez que as relações sociais também são atravessadas pela interseção de diversos outros marcadores, como a raça/etnia, geração, sexualidade, dentre outros (Anjos *et al.*, 2020).

Crenshaw (2002, p. 177) relata que

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Desse modo, a perspectiva interseccional permite uma análise mais aprofundada das disparidades sociais de mulheres de diferentes grupos étnicos, revelando deste modo condições específicas de exclusão e discriminação para grupos também específicos, além de evidenciar a sobreposição de sistemas de poder, principalmente sobre as mulheres negras e rurais.

No Brasil, as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social, sendo essa uma característica estrutural da nossa sociedade. O ser mulher negra abrange um complexo conjunto, formado por identidade, vivência e experiências, indo além de estereótipos limitantes, incorporando assim uma diversidade de desafios enfrentados pelas mulheres negras e de narrativas que têm sido historicamente moldadas. A mulher negra traz consigo a herança da escravidão, fatores que limitam e criam barreiras de acesso às oportunidades nas esferas políticas, sociais, econômicas e culturais.

As diversas expressões caricaturadas do ser mulher negra baseadas em imagens estigmatizadas e estereotipadas externam a condição feminina marcada pela subalternização de gênero e étnico-racial, a desvalorização social, estética e cultural desse agrupamento. Esse contexto demonstra o processo de exclusão a que estão submetidas, decorrente do racismo estrutural, sendo algo histórico e sistêmico. Assim, o racismo e o patriarcalismo se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas, onde as mulheres negras são marcadas por múltiplas opressões e vulnerabilidades em virtude de sua identidade. Gama e Velloso (2022) afirmam que as mulheres negras, desde o período da escravidão, são reconhecidas pelos estereótipos que obedecem a um padrão representado pelo corpo, que quando não sexualizado era condicionado às práticas de servidão.

Conforme Quijano (2005), a classificação racial foi estabelecida como instrumento de hierarquização e naturalização da exploração de certos indivíduos, assim como as classificações sexuais criaram distinções que recaíram, especialmente, sobre as mulheres, principalmente as não brancas, dos países colonizados, tipificando-as como inferiores. O passado colonial e escravista do Brasil subsidiou a grande presença de negros no meio rural, sendo estes pequenos produtores de bens de subsistência, ao mesmo tempo que formavam a força de trabalho à disposição do capital. Este passado está fortemente associado à

subalternização do gênero e de raça. O processo histórico e político que transforma a diferença em desigualdade expõe o sistema político de exclusão (Gusmão, 1994).

A estrutura da sociedade na época colonial era extremamente hierarquizada, revestida de um caráter patriarcal e paternalista, refletindo-se de maneira profunda sobre a mulher. A mulher negra se cristaliza como elemento da estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Assume empregos domésticos, e ainda permanece como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021), reflexo da discriminação e do preconceito que não foram alterados com a instituição do trabalho livre.

Diferentemente do que afirmaram as teorias sobre a modernização e a mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser reservado para a população negra, e mesmo a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico não contribuiu para diminuir a distância entre os grupos raciais (Hasenbalg, 1979). Portanto, o negro rural permanece sendo o pequeno produtor de subsistência, contudo, é também uma força de trabalho à disposição do capital.

Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 80), a divisão racial do trabalho está enraizada na sociedade:

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Cabe destacar que a luta das mulheres agricultoras negras perdura porque permanecem vivas no imaginário social as reminiscências do período colonial, mantendo intactas as relações de gênero e a hierarquização segundo a cor ou raça instituída no período da escravidão. Esses fatos demonstram que esse grupo não alcançou ainda a emancipação almejada. Essa luta é para garantir direitos sociais, políticos e qualidade de vida, uma vez que visa expor as situações de conflito e exclusão que enfrentam, além de contribuir para a conquista da visibilidade dessas mulheres como sujeitos políticos. A passos lentos essas mulheres vêm conquistando a sua emancipação e direitos nessa sociedade racializada.

A história do Brasil deixa clara a participação intensa e a importância das mulheres rurais negras, estas desempenharam e continuam desempenhando importante papel no desenvolvimento econômico, social e cultural, uma vez que as mulheres concentram a maioria do trabalho agrícola, e possuem uma carga de trabalho superior a dos homens. Ainda assim, são invisibilizadas, inclusive no Censo Agropecuário 2017, ao apontar os homens como predominantemente majoritários na direção dos estabelecimentos rurais no Brasil. Deste modo, dar voz e visibilidade a essas mulheres é de extrema importância para escrever novos capítulos na história econômica brasileira.

O Censo Agropecuário 2017 registrou 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, desses, 593.411 estão localizados na Bahia, dos quais 26.057 estão no Recôncavo, território em que se localiza o estudo de caso pesquisado. A agricultura familiar é responsável por 75% da extração vegetal, produz 64% do leite de vaca e 60% da horticultura nacional, além de ser detentora de 31% das cabeças de bovinos, 45% de aves e 70% dos suínos do país (IBGE, 2019). Reconhecido como berço da agricultura familiar, o Recôncavo da Bahia foi a primeira região de exploração agrícola para exportação de cana-de-açúcar, e os subseqüentes ciclos de cultivos de algodão, café, fumo e da citricultura, além de diversas culturas de subsistência, predominando em sua maioria pequenos cultivos, e constituiu, na época colonial, um centro econômico de destaque (Gonçalves *et al.*, 2004). Essa região se

caracteriza não apenas pelas suas incríveis variáveis físico-naturais, mas, sobretudo, por sua história e dinâmica sociocultural (Nacif, 2010).

As mulheres rurais têm atuação destacada nesse processo, segundo a FAO (2016), pois são fundamentais na produção de alimentos no campo. Na Bahia, ainda segundo o Censo Agropecuário 2017, 433.551 dos estabelecimentos familiares são dirigidos por homens e 159.860 por mulheres, destes, 78% são dirigidos por mulheres negras. No Recôncavo, o Censo nos revela que 16.023 (62%) estabelecimentos familiares são dirigidos por homens e 10.034 (38%) dirigidos por mulheres. Do universo dirigido por mulheres, 90% são identificadas como mulheres negras (IBGE, 2019). Deste modo, Silva e Anjos (2022) constataam que o número reduzido de mulheres como principais responsáveis na propriedade familiar deve-se, dentre outros fatores, à falta de reconhecimento do trabalho feminino rural. O que reforça a análise de que o trabalho feminino não apresenta o mesmo destaque hierárquico e de remuneração que o trabalho dos homens, não alcançando visibilidade e valorização social e econômica.

Ainda com base nas reflexões de Silva e Anjos (2022) dos dados do Censo, constatamos que no Recôncavo há um predomínio no meio rural de mulheres negras, com baixa escolarização, em idade adulta, classificadas no agrupamento com menor poder aquisitivo. Dados que denunciam os processos de exclusão vivenciados pelas mulheres rurais negras e, ao mesmo tempo, revelam a tripla opressão enfrentada, a luta pela superação da pobreza, da relação de subordinação por ser mulher e a necessidade de ruptura da dinâmica das relações raciais no Brasil.

O estado da Bahia e seus territórios são atravessados pelas desigualdades de cor/raça na sua construção histórica. Tais heranças históricas colonial, escravista e agrária ainda refletem na dificuldade da população ao acesso à direitos fundamentais, tais como saúde, trabalho e educação. Tais dificuldades, segundo Coelho (2022), são reflexos da cultura etnocêntrica e patriarcal, que impede a agricultora familiar negra de ter existência própria e autodeterminação como sujeito social e político, sendo necessário que elas sejam compreendidas como sujeitos políticos e autônomos.

No que tange a Santo Antônio de Jesus, município em que se localiza a comunidade rural estudada, o Censo apontou 2.715 estabelecimentos agropecuários. Desses, 1.996 são da agricultura familiar, sendo 1.168 (58%) dirigidos por homens e 828 (42%) dirigidos por mulheres. Em relação ao perfil racial, 713 (86%) das agricultoras familiares se declaram negras. Quanto à participação em organizações associativas, 1.280 estão inseridos nos formatos associativos, desses 738 (58%) são homens e 542 (42%) são mulheres (IBGE, 2019). O estado somou 223.185 estabelecimentos familiares que estavam vinculados a associação, sindicato ou cooperativa, desses 65.165 são de mulheres e 158.020 de homens. No Recôncavo, 10.384 (40%) estão em algum tipo de organização, onde 5.998 (58%) são dirigidos por homens e 4.386 (42%) por mulheres (IBGE, 2019).

Nos estabelecimentos rurais da Bahia, o cooperativismo e o associativismo desempenham papel relevante no desenvolvimento social e econômico, tendo como finalidade o fomento à ação coletiva, a melhoria da qualidade de vida, a organização da produção, acesso a compra de insumos e estender os canais de comercialização através da inserção da produção familiar no mercado (Rocha; Anjos, 2021). Assim sendo, o associativismo se constitui numa alternativa necessária dos agricultores familiares para sua inserção no mercado, evitando deste modo a ação de atravessadores, sendo um norteador aos agricultores na comercialização da sua produção.

As associações são um espaço democrático, pois possuem relevância política e social que propicia experiências emancipatórias a grupos subalternizados e precarizados historicamente, tais como as mulheres agricultoras familiares. Notadamente percebe-se que ocorreu nos últimos anos uma significativa e crescente participação feminina nesse sistema.

Sendo esta uma alternativa dessas agricultoras de se contrapor à realidade patriarcal e de relações de gênero estabelecidas, além de ser um espaço para reivindicar seus direitos, buscando uma autonomia econômica sustentável e de quebra da invisibilidade do trabalho feminino, e facilitador ao acesso às políticas públicas.

Anjos *et al.* (2018) apontam que quando inseridas em experiências coletivas, as mulheres adquirem formação para questionar os papéis que lhes são atribuídos, provocando repercussões nos espaços públicos e privados nos quais estão inseridas. A ação das associações e das cooperativas propiciou às mulheres um espaço para descobrir as relações de dominação a que estavam submetidas e a possibilidade de romper com a cultura patriarcal que reduz o trabalho produtivo feminino ao status de ajuda (Anjos; Conceição, 2023).

As experiências das agricultoras familiares em sua inserção em associações possibilitam o processo de protagonismo das mulheres, sobretudo as negras, por serem ambientes de luta e de formação, que propiciam uma visão mais crítica dos papéis sociais atribuídos, além de se reconhecerem como sujeitos na construção da vida social. Na seção seguinte, analisaremos as experiências de um grupo de mulheres ícone das análises empreendidas até então.

A ASSOCIAÇÃO FEMININA COMO ESTRATÉGIA PARA ROMPER A SUBMISSÃO

A pesquisa empírica foi realizada em uma comunidade rural de Santo Antônio de Jesus, uma das mais importantes cidades do Recôncavo Baiano. Esta foi apontada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de 2015, como o quarto município mais desenvolvido do estado. Em 2016, ocupou a sétima posição, atrás somente de cidades de grande produção agrícola para exportação, de algumas cidades metropolitanas e da capital (IFDM, 2016). As mulheres participantes da pesquisa são membros da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS), fundada em 1989, atualmente tem representação feminina significativa nos cargos diretivos.

Em 2017, foi criado o grupo denominado Mulheres de Fibras, resultado da implementação de um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, constituído por 15 mulheres da AACS, com o intuito de gerar trabalho e renda para as agricultoras e ser um espaço de formação para alcançar a autonomia feminina. A agricultura familiar associada, juntamente com o grupo formado exclusivamente por mulheres, é desafiada a organizar a produção de alimentos para ampliar a renda familiar e, também, contribuir com a promoção da segurança alimentar e nutricional. Essas mulheres encontraram no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) um canal de comercialização para gerar renda, mas, para além disso, vivenciaram uma experiência coletiva que permitiu o despertar das relações de dominação, caracterizadas pelas práticas patriarcais, que estimularam rupturas e consciência de si como protagonistas da história pessoal e coletiva compartilhada nas oficinas realizadas.

As agricultoras ressaltam a importância dos programas governamentais de compras na diversificação de mercados. Do mesmo modo, Anjos *et al.* (2018) colocam em evidência os mercados institucionais ao garantirem reserva de mercado para a agricultura familiar, estimulam a inserção menos subordinada desse segmento nos circuitos de comercialização, restringem a atuação de intermediários, contribuem com a melhoria da renda, garantem o escoamento da produção, além de fortalecer os processos organizativos, com reflexos no empoderamento dos agricultores e de suas organizações.

As oficinas foram realizadas baseadas nas metodologias da educação popular, sustentadas numa relação dialógica. A primeira contou com a presença de cinco agricultoras,

de compra, de venda e ter dinheiro na conta. Uma agricultora destaca que nunca reclamou do trabalho nem ficou sem ele, pois trabalhava na roça do pai “*porque eu gostava, cada pé de hortaliça, cada semente que planto é porque eu gosto*” (Girassol, 2023). Segundo Silva e Tolfo (2012), o trabalho constitui um fenômeno psicossocial fundamental à existência humana, está aí sua importância para a criação de vínculos, sobretudo nas organizações. Esse aspecto também é corroborado por outra agricultora, quando afirma que o “*trabalho dignifica a pessoa*” (Margarida, 2023).

Para as agricultoras, ser mulher rural no tempo pretérito, das avós, era sinônimo de sofrimento, desespero, opressão, sem voz ativa e desprovida de rede de apoio.

A mulher era vista como uso próprio do marido, submissa aos seus companheiros e submissas à sociedade. Eram apenas parideiras. Quando falo, lembro do avental, que tem um significado de servir; as mulheres eram serviçais dos seus maridos. Entendo que domesticadas, pois eram mandadas, dominadas, hoje ainda tem mulheres dominadas, muitas são mortas pelos companheiros (Margarida, 2023).

As falas apontam trajetórias de opressão, principalmente nos espaços domésticos. As condições narradas coadunam com a lógica patriarcal que desumanizou as mulheres e as transformaram em um apêndice dos homens: “*A minha avó ficou órfã com três meses de vida e foi criada pelos irmãos, casou cedo com um homem autoritário e violento. Não havia rede de apoio, nem familiar. Não tinha nem produção como a gente tem hoje*” (Azaleia, 2023).

Segundo Arriazu (2000), em virtude dos papéis e normas sociais atribuídos ao gênero, cria-se no homem uma ideia de superioridade e poder, em muitos casos, dando origem a uma situação de violência, uma vez que estes acreditam que têm o direito de controlar uma mulher, podendo fazer uso de intimidação, coerção, ameaças e força. Para a autora, a violência é sempre uma forma de demonstrar o poder através do uso da força, seja ela física, psicológica, econômica, política, e ampara-se na existência de um superior e de um subordinado.

O patriarcado é o elemento que sustenta este princípio de que o marido é proprietário da mulher, dela podendo dispor da forma que entenda como mais favorável para si. Essa ideologia, tão enraizada e estruturada em nossa sociedade, elabora a imagem de esposa ideal, obediente ao seu marido, fiel apesar de traída, e a valorização de habilidades masculinas como a de controlar a esposa e corrigi-la quando necessário (Oliveira, 2007). A violência contra a mulher presente em toda sociedade está ainda mais enraizada no cenário rural. Visto que a violência adquire formas complexas e múltiplas, manifesta-se nas relações sociais cotidianas que se ancoram nas hierarquias intrafamiliares e sociais, e na legitimidade masculina da divisão sexual do trabalho no âmbito da agricultura familiar (Costa; Lopes; Soares, 2014).

Apesar das agricultoras que participaram da dinâmica perceberem a realidade das gerações passadas, caracterizada pela relação de dominação e submissão feminina, atualmente descrevem um cenário mais favorável no enfrentamento das desvantagens vividas. Afirmam que há reconhecimento no trabalho que realizam, que se sentem orgulhosas em ser mulher rural e que ocorreu um fortalecimento da categoria com a possibilidade de inserção dos seus produtos no mercado. Tais aspectos favoreceram à mulher rural ter autonomia e dispor de liberdade para fazer suas escolhas, além de contar com uma rede de apoio, como a associação comunitária, que não era possível no tempo de suas avós.

A inserção associativa dessas agricultoras negras proporcionou a atuação como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora rural, sendo esse um espaço de aprendizado coletivo, no qual exerceram o direito à fala, a discordar, concordar, propor e reivindicar. Também reconheceram a importância das atividades produtivas desenvolvidas tanto para o Mulheres de Fibra quanto para o ambiente doméstico. Apesar de apontarem conquistas para as mulheres rurais quando compararam à situação das avós, algumas narrativas ainda demonstram a reprodução dos papéis que lhes foram impostos:

Às vezes ele quer voltar ao tempo de outrora, do pai dele, às vezes ele esquece que está no tempo de hoje, mas ele me ajuda muito. Às vezes, ele acha de manhã que botar o café do marido é obrigação da esposa, só que eu puxo a corda dele e boto ele para ir fazer [...] A gente sabe que é nossa obrigação, é claro que eu não vou largar tudo para ele fazer. Eu não vou fazer uma comida? Eu sei as minhas obrigações. Mas tem horas que a gente está cheia, sobrecarregada. Eles têm que entender também (Margarida, 2023).

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é decorrente das relações sociais entre os sexos, tendo dois princípios organizadores: o princípio de separação, onde existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, onde o trabalho de homem tem maior valor que o trabalho de mulher.

Ademais, a divisão sexual do trabalho não tem efeito somente no emprego e na participação diferenciada de homens e mulheres no mercado, se perpetua das desigualdades de tratamento entre os gêneros. Apesar do aumento da participação dos homens no trabalho doméstico nas últimas décadas, ainda é consideravelmente inferior às atividades desempenhadas pelas mulheres. Apesar de as mulheres conseguirem transpor a barreira da aceitação social e atuarem no mercado de trabalho, ainda assim continuam desempenhando as tarefas domésticas, mantendo o seu papel de dona de casa (Madalozzo; Martins; Shiratori, 2010).

O trabalho reprodutivo feito gratuitamente no espaço doméstico é majoritariamente de responsabilidade das mulheres, sendo imprescindível para a sustentação do patriarcado. Ainda que as mulheres participantes da pesquisa tenham rompido com o papel tradicional da esposa/mãe, ainda utilizam do termo ajuda para qualificar o trabalho realizado pelo homem no ambiente doméstico e declaram obrigação com as atividades do cuidado, apesar de reconhecerem a sobrecarga. O depoimento destacado ilustra a ponderação de Anjos e Conceição (2023) acerca das mulheres agricultoras familiares inseridas em formatos associativos, pois, no entendimento das autoras, em sua maioria, têm tripla jornada de trabalho, ao atuarem no trabalho reprodutivo, cuidam da casa e do bem-estar dos membros da família; trabalham na produção do estabelecimento familiar e dedicam horas para viabilizar o empreendimento coletivo em que estão inseridas.

Em relação à autonomia, as participantes entendem que ser independente é não ter dependência do outro, é ter autonomia financeira, ter dinheiro.

Quando eu quero comprar as minhas coisas, eu não preciso pedir nada, eu não vou lá e pergunto: marido, eu posso comprar? Não, eu vou lá e compro, quando ele chega já está as coisas dentro de casa [...]. Então, eu me acho independente (Margarida, 2023).

Ter autonomia, ter conhecimento, ter autoridade, ser inteligente, esforçada, ser corajosa, ter dinheiro e não depender do outro para nada. E eu me acho independente. Eu só não tenho muita coragem, mas independência eu tenho, se eu quero ir na rua agora e peço para ele me levar e ele diz: “eu não posso”, eu vou (Lírio, 2023).

Autonomia, segundo Lalande (1999), conduz o pensamento à ideia de liberdade, da propriedade pela qual o ser humano pretende poder escolher as leis que regem sua conduta, assim dizendo, dá possibilidade e capacidade de livre decisão dos indivíduos e grupos sobre suas próprias ações na vida. Para Soares (2011), a autonomia feminina se define a partir de uma tríade dos elementos físicos, econômicos e de decisões, sendo então, a capacidade de poder decidir sobre sua própria vida, consoante com seus próprios desejos.

Todavia, as mulheres, em sua maioria, não parecem convencidas de terem conquistado realmente o direito a uma vida de autonomia, isto porque persistem grandes contradições em nossa sociedade, atitudes ambíguas e destoantes em relação ao papel que a mulher deve

desempenhar. A realidade da mulher rural não diverge de tal pensamento, agravada pela falta de perspectivas e oportunidades e pela própria noção de autonomia que possuem, e ainda pela estrutura social baseada no patriarcado. “*Eu acho que quando a gente convive com um companheiro, tem coisas, têm decisões, claro que a gente depende um do outro, mas nesse sentido aqui, não depender do outro quando se toma uma decisão própria para o meu bem-estar*” (Girassol, 2023).

Para Anjos e Conceição (2023), as agricultoras contribuem na renda familiar e ainda assim enfrentam diversas dificuldades para participarem da tomada de decisão da utilização dos recursos financeiros, assim como dos investimentos que são resultados obtidos com a contribuição do trabalho desempenhado por elas que, conforme a literatura feminista, ainda é apresentado na maioria das vezes como “uma ajuda”.

O fator preponderante para que as mulheres tenham autonomia é o econômico. A autonomia financeira oportuniza que mulheres consigam alterar suas condições objetivas, deslocando as estruturas de dependências patriarcais modernas por meio de seus esforços, sem submeter-se aos agravos das relações de poder (Teixeira, 2012). Apesar do avanço da participação das mulheres no mundo do trabalho, isto não implicou condições equânimes ou na independência financeira feminina em relação aos seus companheiros.

Eu sou independente em algumas partes. Se eu precisar, eu passar em uma loja, como já aconteceu várias vezes, me dê vontade de comprar; eu achar que vai ficar legal em mim, eu vou comprar; e quando chegar em casa eu vou dizer, em tal loja tem tal conta para você pagar, então não vai ser eu que vou pagar, mas já foi avisado [...] financeiramente, independente totalmente eu não sou, porque só ele que trabalha tendo aquele valor certinho todo mês [...]. Eu tenho o meu próprio dinheiro, eu trabalho aqui, mas a renda maior é dele, então, o que eu faço no meu trabalho aqui é só para mim, mas tem necessidades que eu ainda dependo do recurso dele (Gérbera, 2023).

Como é sabido, a desigualdade de salários no mundo do trabalho, considerando as interseccionalidades de gênero, etnia e raça, demonstram que mulheres não brancas são as mais afetadas por tal diferenciação, sendo que os grupos com menos recursos têm uma maior dependência, acarretando em uma profunda desigualdade entre os desiguais, isso se evidencia com mais força no meio rural. Para transformar tal realidade, é necessária uma vigorosa política de valorização do salário mínimo, focada nas mulheres, inclusive do campo (Faria, 2009). São necessárias, ainda, políticas de igualdade de oportunidades, de ações afirmativas e de educação.

Hirata e Kergoat (2007) argumentam que são estabelecidos diferentes papéis sociais e trabalhos exequíveis aos diferentes sexos, tendo essa divisão social a característica da designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado.

Assim, as atividades realizadas pelas agricultoras familiares são histórica e culturalmente caracterizadas com status inferior, não sendo valorizadas e nem visibilizadas, porque não geram renda monetária direta, cabendo a essas mulheres tarefas de produção e reprodução relativas ao âmbito doméstico extensivo aos arredores da casa. Ficando os homens prioritariamente nas atividades geradoras de maior renda e administração da propriedade, sendo considerados os chefes da família e são eles que têm o poder na tomada de decisões referentes à unidade de produção. O que revela a fragilidade econômica enfrentada pelas mulheres rurais, devido às construções simbólicas hierárquicas de valores dos sujeitos e dos trabalhos, reproduzindo relações sexistas e patriarcais, nas quais, na maioria das vezes, as mulheres não participam da etapa de comercialização do que é produzido no âmbito familiar.

A participação das agricultoras em formatos associativos amplia as possibilidades de ruptura da atuação patriarcal no meio rural, provocando transformações nas relações de gênero, assegurando maior autonomia às mulheres, por meio da valorização da capacidade

laboral feminina, da participação nas tomadas de decisão no empreendimento e da inserção na comercialização. Além disso, proporciona uma reflexão crítica sobre a agenda de trabalho na esfera doméstica e fomenta espaços educativos, fatores preponderantes na conquista do protagonismo.

TROCA DE SABERES PARA QUALIFICAR A PRODUÇÃO DAS AGRICULTORAS

Com a intenção de estabelecer uma troca de conhecimento com as agricultoras participantes da pesquisa, propusemos uma segunda oficina que pudesse contribuir com a qualificação do manuseio dos produtos das agricultoras familiares que são comercializados nos programas de compras públicas. Assim, foi realizada uma segunda oficina, que teve como tema as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e o acesso às políticas públicas, com foco no PNAE. Ocorreu mediante explicação oral, com a incitação da participação ativa de todas as envolvidas, contando com a presença de seis agricultoras negras, com idade entre 26 e 74 anos. Como método de fixação de aprendizado sobre BPF, foi utilizada uma história e, a partir dela, as participantes foram estimuladas a apontarem quais os erros e acertos cometidos pela personagem durante o processo de produção e comercialização. Ao final da apresentação foi realizada uma coleta de informações das participantes por meio do uso de um questionário estruturado, para a identificação do perfil das agricultoras familiares por meio de informações como idade e grau de escolaridade, além de informações acerca da produção e cultivo e forma de comercialização dos produtos e questões referentes a dificuldades na inserção no PNAE.

Conforme a portaria nº 326 (1997), e a RDC nº 216 (2004), entende-se como Boas Práticas, os procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênica e sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária (Brasil, 1997; Brasil, 2004). Assim sendo, as BPFs incluem normas referentes às edificações, equipamentos, móveis, utensílios, manipuladores, produção e transporte dos alimentos (Brasil, 2002).

As agricultoras familiares entendem que as BPFs são: “*as boas práticas é um ritual, que deve ser feito desde que se inicia, até quando finaliza a produção*” (Gérbera, 2023). Outra entrevistada complementa: “*são questões de higiene do ambiente e das pessoas*” (Azaleia, 2023).

Cruz (2007) também identificou em sua pesquisa que os agricultores, diferentemente da legislação que baseia a qualidade em termos de estrutura e de instalações mínimas, associam a qualidade dos alimentos ao processamento e às atitudes, referindo-se à limpeza e cuidados para evitar contaminações. O que demonstra a necessidade de contínuas formações sobre Boas Práticas, para que essas agricultoras tenham uma visão ampla e completa do processo como um todo, a fim de garantir um fortalecimento da comercialização dos alimentos produzidos por elas.

Em se tratando de pequenos empreendimentos rurais e urbanos dedicados ao cultivo, Maluf e Menezes (2001) apontam que a transformação e a comercialização de produtos agroalimentares ampliam a disponibilidade de alimentos de qualidade de um modo menos custoso, valorizando a diversidade nos hábitos de cultivo e de consumo.

Ter conhecimento sobre BPFs poderá criar possibilidades promissoras de inserção das agricultoras familiares em diferentes mercados por meio da sua produção, uma vez que se verifica um aumento da exigência por parte dos consumidores, que estão cada vez mais preocupados com a qualidade e a procedência dos produtos consumidos, e ainda por qualidade higiênico-sanitária se tratar de um importante fator de segurança alimentar.

O processo formativo com conteúdo nutricional constitui uma estratégia para o fortalecimento dos empreendimentos e sua consolidação nos mercados, reside aí a importância de a pesquisadora compartilhar seus conhecimentos técnicos com as mulheres

que são sujeitos deste estudo. Essa ação extrapola o debate no meio acadêmico dos resultados gerados pelas pesquisas de campo para seus participantes, ela demonstra que a troca de saberes constitui uma relação mais democrática na construção do conhecimento entre quem pesquisa e pesquisado. Ademais, entendemos que a oficina contribuiu para o aperfeiçoamento das técnicas já utilizadas, proporcionando um processo reflexivo sobre as Boas Práticas de Fabricação que repercutirá nos aspectos sociais e econômicos do modo de ser e fazer da agricultura familiar feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. As experiências e percepções relatadas nas oficinas revelaram que as Mulheres de Fibra estão escrevendo um novo capítulo na vida social rural da comunidade. Embora seja evidente que as obrigações domésticas e os cuidados sejam sentidos como obrigações femininas, as mulheres demonstraram autonomia na organização produtiva, no processo de comercialização e na geração de renda a partir da inserção no empreendimento associativo.

As narrativas revelaram que são críticas em relação à situação vivenciada pelas mulheres rurais das gerações passadas, ao constatarem que eram oprimidas, submetidas física e economicamente ao poder masculino. Mas, apesar das conquistas e dos diálogos demonstrarem um protagonismo na trajetória pessoal e coletiva das Mulheres de Fibra, o patriarcado ainda é estruturante nas relações sociais porque o trabalho reprodutivo continua sendo uma obrigação feminina, fruto da divisão sexual do trabalho, e no rendimento familiar, a composição que se origina dos homens parece ser a que tem maior peso na reprodução da família. Esses aspectos estão relacionados com a forma de organização da produção do estabelecimento familiar que ainda apresenta os homens como principais dirigentes, como foi demonstrado nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Os avanços ocorridos na sociedade, com maior inserção das mulheres no trabalho produtivo e na luta pelo reconhecimento da sua contribuição nos sistemas agroalimentares, ainda se deparam com entraves para a superação das diversas formas de desigualdades que estratificam a vida social no campo. O processo emancipatório das mulheres rurais, sobretudo as negras, não ocorre facilmente porque é difícil romper com as estruturas tradicionais rurais ancoradas nas heranças do patriarcado, nas relações assimétricas de gênero e no racismo estrutural vigente na realidade social. Em vista disso, há um longo caminho a ser percorrido para construir uma relação equânime em todas as esferas das relações sociais. O agir coletivo é cada vez mais necessário para o reconhecimento coletivo, o apoio em rede, a valorização social de todas as atividades desenvolvidas pelas agricultoras familiares e a reivindicação de políticas públicas para superar a situação de vulnerabilidade econômica que caracteriza as comunidades rurais do estado. Por fim, salientar a importância da participação associativa que possibilitou uma reflexão crítica das desigualdades de gênero vividas no campo para que se constituíssem em mulheres de fibra que lutam pelo protagonismo da sua história.

REFERÊNCIAS

ALLEN, D. Social networks and self-employment. **Journal of Socio-Economics**, v. 29, n. 5, p. 487-501, 2000.

ANJOS, E. G. dos; CONCEIÇÃO, D. de S. da. Visibilizar para reconhecer: uma análise sobre as mulheres agricultoras familiares do Recôncavo baseada no Censo Agropecuário 2017. *In*: SCHEFLER, M. de L. N. *et. al.* (Org.). **Gênero, geração e comunidades tradicionais**.

Salvador: Aruá Edições, 2023. p. 95-120. (Coleção Mundo Rural Contemporâneo na Bahia; v. 5).

ANJOS, E.; ROCHA, A. G.; SILVA, D. O. da; SIMÃO, F. S. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria/RS, vol. 7, n. 14, p. 89-101, 2020.

ANJOS, E. *et al.* As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara/RS, v. 15, n. 2, p. 59-76, 2018.

ARAÚJO, R. A. B. de. **Feminismo e autonomia econômica**: uma avaliação da ATER Mulheres no município de Currais Novos/RN - 2015/2017. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

ARRIAZU, A. D. C. El patriarcado, como origen de la violencia doméstica. **Monte Buciero**, n. 5, p. 307-318, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BICALHO, E. B. A moralidade do patriarcado rural enraizada no Brasil: uma leitura de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Rev. Augustus**, v. 25, n. 50, p. 173-191, 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997**. Regulamento Técnico; "Condições Higiênicos-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos". Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília, 1997.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Republicada no D.O.U de 06/11/2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004.

BUENO, C.; SILVA, S. M. V. da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Rev. NERA**, v. 23, n. 51, p. 279-299, 2020.

BUSSOLOTI, J. M.; ARANHA, M.; CUNHA, V. M. P. da. O world café como uma possibilidade interdisciplinar de aprendizagem ativa. **CIET: EnPED**, São Carlos, maio 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/850/577>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E. O Progresso das Mulheres Rurais. 2010 In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-229.

COELHO, M. A. A. O território de identidade do Recôncavo Baiano: análise de uma literatura produzida. **Revista Scientia**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 10-25, 2022.

COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M.; SOARES, J. dos S. F. Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 213-221, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, F. T. da. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2007.

ESMERALDO, G. G. S. L. Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência. *In*: MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. (Org.). **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**, Brasília, DF, Embrapa, 2021. p. 35-69.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu; BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FERNANDES, Maria Eugênia Seixas de Arruda Camargo. O World Café e o aprendizado pelo diálogo: limites e possibilidades de um território de sentidos no processo de formação: "diagnóstico socioambiental na APA Embu Verde. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarchado Rural no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, v. 64).

GAMA, A. A. da; VELLOSO, T. R. Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros. *In*: VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 35-54.

GONÇALVES, J. A.; PEIXOTO, C. A.; LEDO, C. A. S.; PEIXOTO, M. F. S. P.; SAMPAIO, H. S. V.; SAMPAIO, L. S. V.; ALMEIDA, N. S. Componentes de produção e rendimento de amendoim em diferentes arranjos espaciais no Recôncavo Baiano. **Revista Brasileira de Oleaginosas e Fibrosas**, Campina Grande, v. 8, n. 2, p. 801-812, 2004.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.

GUSMÃO, N. M. M. de. Terra de mulheres: identidade e Gênero em um bairro rural negro. **Revista de História**, n. 129-131, p. 81-100, 1994.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. São Paulo: Graal, 1979.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 29 jul. 2023.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. Trad. Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAYARD, R. **Happiness: Lessons from a New Science**. Grã-Bretanha: Editora Allen Lane, 2005.

LEAL, L. S. G. *et al.* Os caminhos das mulheres na transição agroecológica: obstáculos e conquistas. *In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA*, Sergipe, 2020. **Anais [...]**. São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 115-124, 2016.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, p. 352, 2010.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Caderno “Segurança Alimentar”. *In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL*, 1. Porto Alegre, 2001. **Anais [...]**. Porto Alegre: FSM, 2001. Disponível em: http://ag20.cnpq.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

NACIF, P. G. S. **Esta terra chamada Recôncavo Baiano**. Jornal A tarde, 16 de agosto de 2010. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacfp/noticias/7-esta-terra-chamada-reconcavo-baiano>. Acesso em: 22 out. 2023.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NASCIMENTO, V. F. **Patriarcado rural: permanência ou superação? Uma análise das relações familiares no povoado brejo em Lagarto, Sergipe**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017.

OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Journal of Human Growth and Development**, v. 17, n. 1, p. 39-51, 2007.

PACHECO, M. E. **Sistemas de reprodução**: uma perspectiva de gênero. Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero, 2002.

PIMBERT, M. P. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 41-45, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 201-246.

ROCHA, A. G. P.; ANJOS, E. G. dos. **Cooperativismo e associativismo rural na Bahia**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. 290 p.

SANTOS, Â. A.; BARACHO, I. P. de S.; SILVA, M. R.; ANDRADE, H. G. Estudos rurais: Uma breve retórica sobre o patriarcado. **Braz. J. of Develop**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 76533-76548, 2020.

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, F. S.; ANJOS, E. G. dos. Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento. In: VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia**: lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 15-34.

SILVA, N.; TOLFO, S. da R. Trabalho Significativo e Felicidade Humana: Explorando Aproximações. **Revista Psicologia**: Organizações e Trabalho, v. 12, n. 3, p. 341-354, 2012.

SISTEMA FIRJAN-IFDM, 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=BA&IdCidade=292870&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: DI SABBATO, Alberto *et al.* (Orgs.). **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281-301.

TAVARES, B. C.; MINUZZO, D.; SANTOS, A. B. P. dos. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: articulação do grupo de mulheres residentes e

produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparó-ES. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 41, n. 1, 2021. p. 97-113.

TEIXEIRA; M. S. Perfil da Mulher no Mercado de Trabalho. **ID online - Revista de Psicologia**, n. 17, 2012. p. 95-123.

VEDANA, R.; GRACIAS, M. O.; SHIKIDA, P. F. A.; ARENDS-KUENNING, M. P. Análise dos determinantes da felicidade dos associados da lar cooperativa agroindustrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n.1, 2021.

VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia**: lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SEGUNDO ARTIGO

AGRICULTORAS FAMILIARES E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA E AUTONOMIA ECONÔMICA

Fabiane Oliveira dos Santos
Eliene Gomes dos Anjos

RESUMO

A participação feminina na agricultura familiar vem impulsionando o desenvolvimento socioeconômico rural, demonstrado pelas políticas públicas implementadas que fomentam sua participação na esfera produtiva. Diante disso, os objetivos deste artigo são evidenciar a trajetória das agricultoras familiares associadas inseridas no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e verificar o papel desempenhado pelo programa nas condições socioeconômicas e de autonomia dessas mulheres. Trata-se de um estudo de caso, realizado em uma associação comunitária, em Santo Antônio de Jesus, no território do Recôncavo, na Bahia. Foram entrevistadas dez agricultoras familiares organizadas em uma experiência destacada pelos resultados alcançados pelo coletivo. A pesquisa revelou que a situação de vulnerabilidade social ainda persiste, a divisão do trabalho no ambiente doméstico não é equitativa e o PNAE é a principal ferramenta de escoamento da produção. Ademais, constatamos que as agricultoras participam das decisões no âmbito familiar e que a participação associativa se constituiu em espaço formativo para desvendar as desigualdades vividas e, em alguma medida, instrumento para a autonomia econômica.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Políticas Públicas, Mulheres Rurais; Autonomia; Inclusão Produtiva.

INTRODUÇÃO

Os avanços alcançados pela agricultura familiar nas últimas três décadas não dissimulam a condição de vulnerabilidade socioeconômica que a caracteriza, sobretudo quando o escrutínio é o contexto das mulheres rurais. Elas são fundamentais no trabalho no campo, na produção de alimentos e na reprodução do modo de vida familiar. Entretanto, o trabalho feminino ainda luta pelo reconhecimento da mesma forma que é atribuído ao trabalho desempenhado pelos homens. As resistências se dão em diversas frentes, dentre elas está a organização associativa das agricultoras para se inserir no Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE, um instrumento de comercialização que, segundo o movimento das trabalhadoras rurais, pode alavancar a autonomia econômica das mulheres e o poder de decisão no âmbito familiar.

Os arranjos organizacionais coletivos contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, favorecem a organização da produção, e são importantes mecanismos para o enfrentamento de obstáculos para o crescimento das atividades agrícolas e melhoria das condições sociais. Segundo Costa e Sodré (2021), as associa es se apresentam como uma importante ferramenta para o enfrentamento da complexidade dos problemas que envolvem a atividade de produ o, o processo de comercializa o e o acesso às diversas políticas públicas.

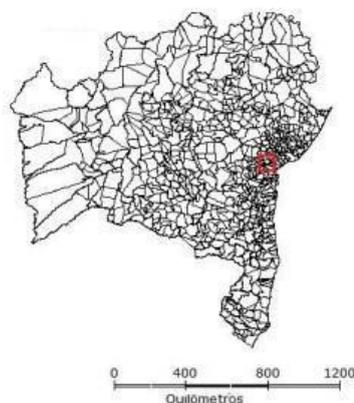
As políticas públicas implementadas no Brasil voltadas para a agricultura contribuíram significativamente para o crescimento econômico e social das agricultoras e dos agricultores familiares, uma vez que possibilitam o acesso ao Mercado Institucional de Alimentos (MIA). Maluf (1999) caracteriza o MIA como um sistema de compras de alimentos realizado pelas diversas esferas de governo para atender os programas especiais e dos serviços públicos regulares, dentre os quais destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas requerem a aquisição de hortifrutigranjeiros e outros produtos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, uma vez que seja atendida a garantia da segurança alimentar, por meio do cumprimento de exigências higiênico-sanitárias necessárias (Ribeiro; Silva, 2018).

É sabido que vem ocorrendo transformação no campo, não somente nas técnicas de cultivo e de comercialização, mas também no que diz respeito às transformações dos sujeitos e os seus papéis tradicionais. As mulheres rurais questionam a subvalorização do seu trabalho, a nítida desigualdade de poder entre os gêneros, a assimetria no desenvolvimento profissional e do acesso a recursos. Esses processos resultam na marginalização e invisibilização das agricultoras que se organizam em movimento de mulheres do campo e das florestas, segundo Cintrão e Siliprandi (2010), para se contrapor ao cenário descrito. Desta maneira, é necessário que ocorra o reconhecimento do protagonismo de mulheres agricultoras familiares, para que seja empreendida uma série de mudanças na esfera política e social com vista à equidade, dando-lhes uma maior visibilidade e valorização.

Nesse contexto, a realização de estudos que possibilitem o entendimento da importância das mulheres rurais, que discutam sobre as desigualdades que as assolam, além de evidenciar ações que retratem o enfrentamento dessas assimetrias, contribui para a equidade de gênero nos espaços rurais e demandas por políticas públicas direcionadas às agricultoras familiares. Esta é a perspectiva que norteia esta pesquisa realizada com mulheres associadas de uma comunidade rural no Recôncavo Baiano. Os objetivos são evidenciar a trajetória das agricultoras familiares associadas inseridas no PNAE e verificar o papel desempenhado pelo programa nas condições socioeconômicas e de autonomia dessas mulheres.

Para alcançar tais objetivos, optamos por um estudo de caso com um grupo de agricultoras associadas, no município de Santo Antônio de Jesus (Figura 1), que está situado no Recôncavo, com distância da capital de 187 km por via terrestre, e tem uma extensão territorial de 261,348 km² (IBGE, 2010). Além de ser o mais populoso do seu território, é o segundo município que recebe o maior volume de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foram realizadas dez entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado, entre julho e agosto de 2023. Após a transcrição, empreendemos a análise do seu conteúdo sob a ótica das categorias analíticas elaboradas com o referencial teórico. Essas categorias versam sobre o trabalho feminino rural, o PNAE e a organização coletiva, em especial, o associativismo comunitário como indutor do protagonismo das agricultoras.

Figura 1 – Localização do município de Santo Antônio de Jesus no Estado da Bahia



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2010).

Com esta introdução, o artigo está estruturado em seis seções. A segunda seção versa sobre as lutas das agricultoras pelo reconhecimento do trabalho feminino e da sua condição de sujeito nos estabelecimentos familiares. A terceira seção apresenta uma breve reflexão sobre o PNAE como mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar. A quarta seção aponta uma análise sobre a repercussão da autonomia econômica e a quinta seção consiste numa reflexão do papel do associativismo como espaço de formação para a superação das desigualdades enfrentadas, a partir do caso estudado. Por fim, a sexta seção, com as considerações finais.

A HORA E A VEZ DAS AGRICULTORAS FAMILIARES: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO TRABALHO FEMININO NO CAMPO

A noção conceitual da agricultura familiar reúne categorias sociais diversificadas e resulta de uma construção política, unifica segmentos dos espaços rurais que reivindicam direitos junto ao setor público e representação junto à sociedade (Anjos *et al.*, 2020). Schneider (2016) compreende que os agricultores familiares expressam uma forma social específica de trabalho e produção, que se situa em um espaço geográfico definido, cuja atividade implica a interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais. A percepção da agricultura familiar como um modo de vida contribui para visibilizá-la de forma mais ampla na sociedade, mas ainda não visibiliza as mulheres rurais que desempenham papel primordial como mão de obra, na maioria das vezes não remunerada, e sujeito político que luta para transformar suas reivindicações e políticas públicas.

O entendimento a respeito da conceituação da agricultura familiar, que parecia consolidado, além do reconhecimento do segmento familiar rural como um setor estratégico ao desenvolvimento rural, sofreu um retrocesso com a publicação do decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, onde ocorreu uma mudança de entendimento sobre a agricultura nacional, com a perda de espaço pela agricultura familiar. Passou a definir como Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), onde o termo agrária, representa uma forma simplista de retratar toda diversidade presente na agricultura familiar, além disso, remete-se à agricultura ao sinônimo de produção agrícola (Fossá; Renk, 2021).

A agricultura familiar não se resume apenas a atividade agrícola, ela incorpora representações sociais, culturais e políticas. Devido a essa heterogeneidade não deve ser

caracterizada como uma categoria estanque, imóvel e isolada (Buainain; Romeiro, 2000). Para efeito da política pública, a agricultura familiar é caracterizada pelos seguintes aspectos: possuir qualquer título área de até quatro módulos fiscais, a gestão da propriedade ser de responsabilidade da família; apresentar, no mínimo, metade da renda familiar advinda do cultivo na propriedade familiar; a mão de obra utilizada ser predominantemente da própria família (Brasil, 2017).

Devido a sua importância na produção mundial de alimentos, a agricultura familiar passa a ser cada vez mais reconhecida e valorizada no mundo como um ator-chave dos processos de desenvolvimento, isso devido à promoção de formas mais equitativas de produção e desenvolvimento (Grisa, 2010). Na visão de Abramovay (1998), a agricultura familiar é muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, sendo definida como um valor.

Desde as primeiras atividades agropecuárias do Brasil Colônia, a agricultura familiar está presente, e no transcorrer dos séculos ocorreram diversas transformações com esse grupo rural sem, contudo, perder sua característica principal de produção de alimentos para a reprodução familiar e a venda do excedente (Rambo; Tarsitano; Laforga, 2016). A agricultura familiar está ligada não somente à produção de alimentos, é importante ferramenta na geração de emprego e ocupação, na redução do êxodo rural e tem práticas sustentáveis, com maior preservação dos recursos naturais, garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram registrados pelo Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, desses, 1.175.916 não são familiares e 3.897.408 foram identificados como da agricultura familiar. No Nordeste estão 2.322.719, dos quais, 1.838.846 (79,2%) são estabelecimentos familiares. O Nordeste brasileiro tem a agricultura familiar como a principal forma de produção e trabalho no campo.

A Bahia é o estado com mais estabelecimentos agropecuários do Brasil, e concentra também o maior número de estabelecimentos familiares. O Censo mapeou 762.848 estabelecimentos agropecuários baianos, dentre esses, 593.411 são identificados como de agricultores familiares, o que corresponde a 78% da totalidade do estado (IBGE, 2019). Identificou ainda que ocupam 1.522.926 pessoas, que representam 72,31% do total de pessoas ocupadas, somando 2.106.127. Desse último agrupamento, 86,3% encontram-se identificados no Pronaf B, categoria mais carente de infraestrutura e serviços, observando que as mulheres correspondem a 35,4% deste grupo (IBGE, 2019; Silva; Reis; Couto, 2020). No Recôncavo da Bahia, foram registrados 32.234 estabelecimentos agropecuários, dos quais 26.057 são da agricultura familiar. A inserção em formatos associativos com condições de inserção dos produtos nos mercados ainda é reduzida no território, são 10.384 (39,8%) estabelecimentos vinculados à organização associativa. Desse universo, somente 589 (5,7%) estão em cooperativas e 2.856 (27,5%) em associação de produtores. Dos que estão inseridos em associações rurais, 1.714 são homens (60%) e 1.142 (40%) são mulheres (IBGE, 2019).

A caracterização dos agricultores familiares associados da Bahia, realizada por Anjos, Rocha, Ferreira e Lima (2019), revela que os estabelecimentos familiares que estão inseridos em associações de produtores e cooperativas, em sua maioria, estão conseguindo comercializar de forma coletiva, para além de assegurar o autoconsumo. A participação em organizações coletivas é uma estratégia para a superação do quadro histórico de adversidades que caracterizam os espaços rurais, pois minimizam as dificuldades enfrentadas nas condições de vida (Silva; Anjos, 2023).

Os agricultores homens ainda são maioria nos formatos associativos na Bahia e no Recôncavo, mas é importante ressaltar que as mulheres somam 19% em participação em cooperativas no estado, percentual muito acima do nacional (9,1%), e no território o percentual é mais significativo, 39,4%. Esses dados sugerem que as agricultoras estão

ampliando sua participação em empreendimentos que têm sua finalidade primordial a comercialização na Bahia, com participação expressiva no Recôncavo (IBGE, 2019).

No município de Santo Antônio de Jesus, lócus do estudo, o registro do Censo não aponta participação expressiva em cooperativa, mas indica uma inserção expressiva em associação de produtores, o que não difere da realidade do estado. Foram registrados 1.996 estabelecimentos familiares, desses, 1.168 (58%) são dirigidos por homens, com 738 (63,1%) vinculados a algum tipo de associação, estando 81 deles inseridos em associação de produtores. Restam 828 (42%) estabelecimentos dirigidos por mulheres, com 542 em algum ente associativo (65,4%), estando 59 inseridos em associação de produtores (IBGE, 2019). O percentual de agricultoras com estabelecimentos vinculados a algum formato associativo é mais expressivo, 65,4%, se comparado ao dos homens (63,1%), sugerindo que o associativismo, em alguma medida, é uma alternativa para responder às suas demandas.

As agricultoras familiares enfrentam diversas lutas, pois ainda hoje são afligidas pela desigualdade, pela opressão, pela negação de direitos e processos de exclusão social. Está fortemente enraizada em nossa sociedade a divisão sexual do trabalho, cabendo a essas mulheres desenvolver atividades que sejam do universo doméstico e do cuidado com os filhos, de um lado. Por outro, o trabalho denominado de produtivo é invisibilizado e mascarado como ajuda, lhes é negado o direito à terra e a decisão da comercialização é quase sempre centrada nos homens. Todas essas desigualdades são consequências da cultura machista, sexista e dos valores patriarcais. O que evidencia que as relações de gênero são pautadas nas desigualdades construídas entre homens e mulheres, expressas nas relações de poder, na condição econômica e na classificação étnico/racial que são estruturadas historicamente por hierarquias, discriminação e violência (Costa; Dias, 2021).

Velloso e Anjos (2022) trazem críticas ao Censo Agropecuário de 2017, que apesar da incorporação de variáveis que nos permitem analisar, entre outros aspectos, a ação coletiva das agricultoras, ainda invisibiliza a atuação das mulheres rurais, subordinando-as a um mundo rural masculinizado que ignora o trabalho doméstico e do cuidado, apresentando indicadores que captam somente as atividades voltadas à produção.

A inserção das mulheres rurais em organizações associativas tem possibilitado compartilhamento de aprendizado e de reflexões coletivas. Esses espaços levantam discussões sobre direitos, cidadania, feminismo, racismo, dentre outras temáticas que estimulam as mulheres a se reconhecerem não apenas como cuidadoras, mas produtoras que desenvolvem atividades econômicas significativas à reprodução familiar. Ao descobrirem a potência de sua produção, percebem que é preciso destruir valores estabelecidos para superar a dominação masculina e, assim, alcançarem a autonomia financeira, com atuação mais efetiva na gestão comercial da produção.

Anjos *et al.* (2018) corroboram tais pressupostos ao afirmarem que o associativismo expressa um modo de agir coletivo, desempenha papel relevante no desenvolvimento social e econômico de segmentos vulneráveis, contribuindo com a valorização das potencialidades da comunidade, denotando uma prática transformadora, levando o sujeito a ser ator de suas próprias ações. Esta forma de organização torna-se um canal importante de produção e de inserção dos agricultores familiares nos mercados, além de uma ferramenta de desenvolvimento local, é ainda um relevante instrumento para a ruptura da subordinação e de conquista paulatina da autonomia econômica das agricultoras familiares.

A importância econômica da agricultura familiar se confirma, uma vez que, além de produzir alimentos, passou a integrar as cadeias produtivas agropecuárias e a contribuir para o dinamismo do agronegócio brasileiro entre o final do século XX e o século XXI (Guanziroli; Sabato; Vital, 2014). É imprescindível frisar que a produção familiar contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor

agropecuário, mas do próprio país, além de ser um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda (Guilhoto *et al.*, 2007).

Hirata e Kergoat (2007) ressaltam que o trabalho das mulheres não recebe o mesmo destaque hierárquico e de remuneração que os homens, além de apresentar uma conotação natural, maternal, sendo as mulheres provedoras de cuidados gratuitos no domicílio, e tendo atribuído a si o trabalho doméstico, cristalizando, dessa forma, a divisão sexual do trabalho, tanto profissional quanto doméstico, entre homens e mulheres (Hirata; Kergoat, 2020).

Conforme Spanevello, Matte e Boscardin (2016), o trabalho das mulheres nas atividades produtivas acaba envolvendo algumas atividades mais selecionadas, em especial aquelas que requererem trabalho manual, tais como limpeza e colheita, processamento, trato e cuidado diário de animais e trabalhos da horta. Deste modo, Herrera (2016) afirma que as mulheres no âmbito rural brasileiro são marcadas por muito trabalho e pouco reconhecimento e que apesar de se dedicarem integralmente às atividades produtivas e reprodutivas, sofrem ainda hoje de invisibilidade social e de falta de reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs.

A análise do papel das mulheres no contexto rural permite verificar a permanência da divisão sexual do trabalho. Elas, em sua minoria, assumem a responsabilidade total da produção, além de atribuírem a si as atividades domésticas e de cuidado, o que corrobora aspectos da sociedade patriarcal. A inserção das mulheres em associações comunitárias traz rupturas com a rígida divisão de papéis de gênero. São espaços de disputa do poder com os homens, criam e recriam novas formas de reivindicar, de lutas e de contestação dos dispositivos que favorecem a submissão feminina. Elas passam a se reconhecer como trabalhadoras, a experimentar a autonomia financeira através de uma atividade produtiva rentável.

O reconhecimento das mulheres na produção da agricultura familiar é uma conquista, mas ainda é necessário um conjunto de ações que consolidem o protagonismo das mulheres rurais, principalmente no que tange às políticas públicas. Estas devem estimular maior participação na comercialização da produção e fomentar uma divisão equitativa do trabalho reprodutivo. Nesta perspectiva, as políticas públicas se tornam instrumento para a superação das desigualdades, para a inclusão produtiva das mulheres e fortalecimento das organizações associativas.

PNAE: POLÍTICA ESTRATÉGICA DE FORTALECIMENTO DAS AGRICULTORAS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES

As ações públicas de fortalecimento da agricultura familiar ampliaram o acesso aos mercados institucionais, diversificaram os canais de comercialização e, mais recentemente, asseguraram participação mais equitativa das mulheres rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No Brasil, o PNAE é a política pública da área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) mais antiga em execução e o maior programa de suplementação alimentar da América Latina (Liebermann; Bertolini, 2015), e mundialmente, é o único programa de caráter universal. Seu objetivo é ofertar aos estudantes da rede pública de ensino, além de entidades filantrópicas e comunitárias, uma alimentação saudável e balanceada, visando à garantia do adequado desenvolvimento físico e intelectual, e ainda é um mercado importante para a geração de renda da agricultura familiar (Brasil, 2009).

O Programa tem sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta do governo federal de oferecer alimentação ao escolar, contudo, por indisponibilidade de recursos financeiros, não foi possível concretizá-la (Brasil, 2013). Então, na década de 1950, com a elaboração do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, estruturou-se sob a responsabilidade pública o programa de merenda escolar em âmbito nacional (Brasil, 2013).

Em 1955, instituiu-se a Campanha de Merenda Escolar (CME), a partir do Decreto nº 37.106, sendo subordinada ao Ministério da Educação, celebrada através de convênios diretamente com organismos internacionais (Brasil, 2013). Ao longo dos anos, esse programa foi mudando de nome, de estrutura de funcionamento, e perdendo sua característica de programa de ajuda americana, por meio do envio de seus excedentes, e somente no ano de 1979 passou a chamar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Em 1995 houve a descentralização do programa e a gestão da alimentação escolar passou a ser realizada pelos municípios, pois até 1994, o desenho e gerenciamento do programa mantinha-se centralizado, o processo de aquisição e distribuição dos alimentos industrializados e formulados, para todo o território brasileiro, detinha um cardápio padronizado e sem respeitar os hábitos alimentares dos alunos dos diversos territórios (Triches, Schneider, 2010).

Passando a se caracterizar como um programa de direito do cidadão à alimentação adequada, em 6 de junho de 2009, foi regulamentado pela Lei nº 11.947, tornando o PNAE um marco nas políticas públicas relativas à SAN, uma vez que sanciona a obrigatoriedade da utilização de, no mínimo, 30% do valor remetido às entidades executoras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, amparando explicitamente essa categoria, além de ser uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras (Triches, Schneider, 2010).

Isso reforçou o seu potencial para ser utilizado como uma política de caráter estruturante, ao possibilitar a aquisição dos gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes (Triches, Schneider, 2010). Em 2023, alterações significativas foram incluídas no programa, resultados das lutas das mulheres rurais por mais espaços na comercialização dos seus produtos. O artigo 14, por meio da Lei nº 14.660, definiu como prioridade a aquisição de gêneros alimentícios dos grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar, regulamentando ainda que: “quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido” (Brasil, 2023).

Os mercados são formas de estabelecer relações sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, inculcando na vida das pessoas, nos seus valores e sua cultura. Estão imersos em uma realidade social, à medida que assumem características sociais, eles reúnem as condições para serem interpretados como um fato social, que é toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos (Schneider, 2016), o que demonstra a importância da comercialização na vida dos agricultores familiares. Assim sendo, as ferramentas que propiciem a inserção dos agricultores no mercado são de suma importância, também devendo ser garantidas pelo estado, como uma estratégia não só de alavancamento econômico, mas também de bem-estar social.

As agricultoras associadas participantes da pesquisa têm no PNAE o principal canal de comercialização, todas elas estão inseridas no programa. Mas também comercializam nas feiras livres (70%), no Programa de Aquisição de Alimentos (40%), além dos atravessadores e outras formas de comercialização (10%). Godoy e Anjos (2007) apontam que as feiras livres desempenham um importante papel na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar, e que se constituem de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais. São uma das principais formas de circuito curto de comercialização e se mostram efetivas no escoamento da produção de muitos agricultores familiares.

Apesar das diferentes formas de comercialização direta, a exemplo das feiras livres, das compras institucionais, a comercialização de produtos pelos agricultores familiares a

atravessadores ainda é uma prática comum, como foi apontado pela entrevistada aqui identificada como Violeta:

Uma parte a gente coloca para o PNAE, e uma parte a gente vende para atravessadores. A gente não vende na feira, porque o lucro já é pouco e ter que pagar um transporte para levar para feira e para passar o dia todo vendendo, sendo arriscado não vender; mas antes você vender logo a atravessador que você dentro de casa mesmo já vendeu e o dinheiro já está ali, é menos uma dor de cabeça (Violeta, 2023).

Para Oliveira e Mayorga (2005), os atravessadores são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, que se aproveitam da desorganização e desestruturação dos pequenos produtores, para adquirir seus produtos que estão sob pena da perda e os revendem a preço muito maior do que o comprado.

Os resultados obtidos assemelham-se com o que Santos e Anjos (2021) encontraram em seu estudo, nele 26% dos entrevistados relataram que a venda ainda é feita diretamente para os atravessadores, uma realidade muito presente no meio rural nordestino. Para essas autoras, o PNAE é um canal de comercialização imprescindível para reduzir a dependência dos agricultores familiares e suas organizações dos atravessadores.

Apesar de parecer uma alternativa viável e resolutiva na percepção do agricultor familiar, a comercialização aos atravessadores causa grande prejuízo financeiro ao remunerar a produção com valores muito abaixo dos custos produtivos (Santos; Anjos, 2021). As políticas públicas de compras são importantes porque ressaltam o potencial e o conhecimento dos agricultores, propiciam o desenvolvimento local e podem contribuir com a superação das desvantagens de gênero, raça e etnia que somente podem ser reduzidas com políticas que considerem os processos de exclusão históricos vivenciados por diversos segmentos nomeados na noção de agricultura familiar.

Entendemos por políticas públicas a noção apontada por Rua (2009), um conjunto de atividades políticas, ou seja, a utilização de diversas ferramentas que demonstram relações de poder e que se propõem a produzir uma solução pacífica a conflitos que têm relação com decisões públicas. A eficiência das políticas públicas está inteiramente ligada à maneira como elas são discutidas, aplicadas e operacionalizadas. Assim, o êxito de uma política pública não deve ter como base apenas seus atributos teóricos, sendo de suma importância considerar os contextos sociais, políticos e institucionais a que esta política será submetida (Andrade; Silva; Andrade, 2015).

Em se tratando de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, houve mudança de aspecto a partir de 1995, visto que as unidades de produção familiar passaram a ser priorizadas nas estratégias do desenvolvimento econômico, ganhando força as várias dimensões dos espaços rurais, tendo o conceito transformado de pequena produção para agricultura familiar (Mendes; Marinho; Paulino, 2019). Nesse cenário, foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), indo ao encontro das necessidades do agricultor familiar, garantindo o crédito à produção e ao investimento agrícola. Posteriormente, em 2003, o governo federal implementa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Junqueira; Lima, 2008).

As iniciativas governamentais que incentivam a produção agroalimentar possibilitam enfrentar a necessidade de se criarem oportunidades de trabalho e de apropriação de renda às famílias, como também ampliam e melhoram a oferta de alimentos (Conceição, 2015). O PNAE é uma importante ferramenta para o fortalecimento da agricultura familiar, dado que é um espaço de produção e comercialização, por estimular a promoção do consumo de alimentos com características mais saudáveis.

No ano de 2019, a Bahia recebeu aproximadamente 291 milhões de reais do FNDE, dos quais aproximadamente 103 milhões de reais foram gastos com aquisições de alimentos

da agricultura familiar, o que corresponde a uma média de 37% por município. A tabela 1 apresenta dados sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelo PNAE, em 2019, na Bahia.

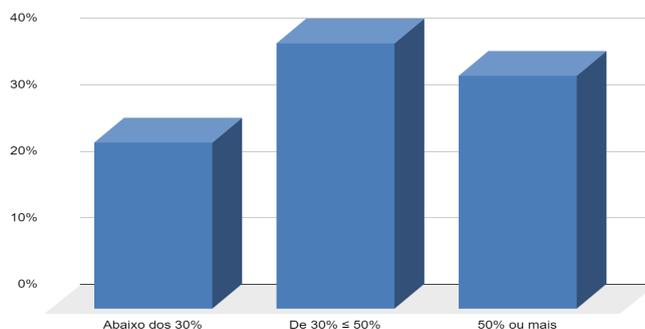
Tabela 1- Percentuais da aquisição dos produtos da agricultura familiar no PNAE nos municípios da Bahia, em 2019.

Compra da AF	Número de municípios	Percentual de municípios
Não compraram nada	20	4,8%
Abaixo dos 30%	114	27,4%
De 30% < 50%	170	40,9%
50% ou mais	112	26,9%

Fonte: FNDE (2019).

A tabela 1 revela que 67,5% adquiriram mais de 30% da agricultura familiar, um dado positivo, pois, segundo Santos e Anjos (2021), até 2017, a Bahia não havia alcançado o mínimo de 30% em mais de 50% dos seus municípios. Mas é preciso ressaltar, no estado que tem mais estabelecimentos familiares do país, ainda 32,2% não cumprem o mínimo estabelecido por lei. Quanto aos municípios do Recôncavo Baiano, em 2019, 25% não atingiram o percentual mínimo, como pode ser visualizado no gráfico 1, com destaque negativo para o município de Cachoeira, com apenas 9,6%.

Gráfico 1- Percentuais de compras dos produtos da Agricultura Familiar no PNAE, Recôncavo Baiano, em 2019.



Fonte: FNDE (2019).

Santo Antônio de Jesus gastou aproximadamente 757 mil reais do total repassado pelo FNDE, o que correspondeu a 51,2%, em 2019. Esse percentual sugere que o poder público compreende que a aquisição da agricultura familiar impacta no desenvolvimento do município, de um lado. Por outro, demonstra que os empreendimentos associativos adquiriram um nível de organização da produção e da gestão comercial que propiciam participar de chamadas públicas com valores expressivos e cumprirem o plano de venda acordado com o poder público (Santos; Anjos, 2021).

O acesso a informações acerca do programa, como as chamadas públicas, pode ser um agente dificultador para os agricultores. Desse modo, indagamos às entrevistadas de qual modo ficaram sabendo da chamada do PNAE no município e se tiveram dificuldades para

participar do programa. Das dez participantes, oito relataram que souberam do PNAE através da Associação, uma relatou que foi através de redes sociais e contou com rede de apoio da universidade e outra relatou que foi através do município, pois se encontrava em cargo de gestão da Associação.

A participação no PNAE foi apontada como mecanismo de fortalecimento do trabalho das associadas, mas a entrevistada, em cargo de gestão, apontou outras dificuldades no processo.

O primeiro momento não foi fácil, porque debruçamos algumas noites, algumas pessoas, como tudo era tudo muito novo, a gente não sabia ainda também, tivemos a assessoria de uma pessoa que é de uma outra comunidade que nos ajudou nesse processo, aí viu a documentação tudo, foi checando, pediu ajuda a contabilidade, as documentações, aí depois a gente concorreu. No início tivemos dificuldades, por ser algo novo. Dificuldade com certidões, documentações da instituição, que antes a gente não acessava a nenhum edital do governo, não tinha conseguido ainda, aí através do PNAE que a gente foi vendo a necessidade de estar atualizada as documentações da instituição (Dália, 2023).

Para Dutra (2011), agricultura familiar organizada é um requisito fundamental para acessar às políticas públicas. Este pressuposto se mostrou verdadeiro no caso das agriculturas participantes deste estudo. Elas relataram a importância financeira trazida pela inserção no PNAE, como atesta a fala de uma entrevistada:

Para mim foi muito bom, né! [...], além de fornecer os meus produtos, eu sou da equipe que distribui. Então para mim foi bom assim, no trabalho, no financeiro, para mim foi ótimo. Mudou financeiramente e a convivência com as pessoas também mudou, mudou tudo, ficou em comunidade, todo mundo se conhece, então tem essas mudanças (Jasmim, 2023).

As agricultoras do caso pesquisado comercializam no PNAE 15 produtos *in natura*, são eles: hortaliças, batata-doce, aipim, laranja, abóbora, chuchu, coco seco, banana, limão, pepino, maracujá, inhame, tomate, cebola, quiabo. Além desses, mais quatro produtos processados, fornecidos em menor escala: sequilho, pizza, broa e colorau. Constata-se uma produção diversificada, o que sugere a capacidade produtiva dos agricultores associados.

Para Rambo, Pozzebom e Dentz (2019), o mercado institucional da alimentação escolar é capaz de impregnar novos usos sobre o território, a geração de renda para os agricultores, o fornecimento de alimentos *in natura* adequados à cultura alimentar local/regional, tudo a partir da diversidade de alimentos requeridos pelas chamadas públicas. Além da diversificação da produção, é um instrumento de escoamento da produção local no caso estudado, o que reduz os custos de logística por não demandar abastecimento fora do município dos próprios agricultores.

O PNAE veio para fortalecer a agricultura familiar. A gente tinha essa dificuldade aqui para escoar os produtos. A gente vendia para as pessoas daqui que tinham barraca na feira, mas sempre em pouca quantidade. Perdia muitos produtos que não tinha para quem vender, e era sempre assim (Bromélia, 2023).

Para Santos e Anjos (2021), além do fortalecimento da agricultura familiar, os mercados institucionais são uma estratégia de diversificação dos canais historicamente utilizados no escoamento da produção, tais como os atravessadores. Esse escoamento da produção possibilita um maior equilíbrio à atividade agrícola local, valorização do trabalho, além da melhoria da renda dos agricultores participantes do programa, conforme dito pela Sempre viva:

Acho que primeiro a valorização do nosso trabalho, em ter uma fonte de renda né?! Porque muitas vezes mesmo, quando eu comecei aqui mesmo, eu não participava de nada, eu morava na comunidade, mas não participava de nada, eu não tinha nenhuma fonte de renda. Eu dependia exclusivamente do meu marido. Antes era do

meu pai, casei, e passei a depender do marido. Ai depois eu comecei a participar do PNAE e ai eu fui ter uma renda (Sempre viva, 2023).

Ao compararem suas vidas antes e após a participação no PNAE, as agricultoras enfatizaram a melhoria da renda, conforme pode ser visto nos relatos que seguem:

[...] Arrumei marido, a dificuldade dobrou, primeiro não tinha o PNAE, continuei na mandioca, com filho pequeno. Botava meu filho na casa da minha cunhada, ai eu tinha que ficar, para poder ganhar aquele dinheirinho para poder comprar fralda. E minha mãe sempre me ajudava, quando era viva, comprava o leite, me ajudava bastante. Mas era muito difícil, eu não tinha renda, nenhuma, nenhuma mesmo. Hoje, graças a Deus, não tenho condições ainda, mas hoje sinceramente, posso ganhar pouco mais, se eu quiser comprar uma cama para dormir, eu posso (Lavanda, 2023).

Antes, era uma mulher dependente só do marido e depois do PNAE eu sou uma mulher capaz [...], quero comprar uma roupa para mim, eu compro. Quero fazer uma viagem, não para muito longe, mas, assim, meus pais moram na ilha, se eu quiser ir um final de semana eu vou por minha conta, sem depender do marido financeiramente. Se eu quiser ir em Santo Antônio e quiser comprar isso, pra minha filha, para mim, eu já posso ir lá e comprar. Quer dizer assim, eu ganhei mais ousadia financeiramente (Sempre Viva, 2023).

O PNAE fomentou renda para as agricultoras, auxiliando no orçamento familiar. Silva, Ponciano e Souza (2021) afirmam que as políticas públicas buscam estimular a geração de renda e ocupação das mulheres rurais, repercutindo na autonomia econômica, além de possibilitar rupturas com a divisão sexual do trabalho, ao promover independência financeira, ampliando o poder de decisão dessas mulheres.

TRILHANDO OS CAMINHOS DA AUTONOMIA ECONÔMICA

As mulheres participantes deste estudo fazem parte da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS), em Santo Antônio de Jesus, território de Identidade do Recôncavo. A AACS se destaca pela organização da comercialização no PNAE municipal, com uma gestão avaliada como eficiente no que tange aos objetivos propostos. Entre as associadas, 15 criaram um grupo intitulado Mulheres de Fibras¹, oriundo de uma ação extensionista da UFRB que objetivou fomentar a inclusão produtiva feminina. Foram dez mulheres de fibra entrevistadas, com idades entre 26 e 57 anos, em sua maioria as mulheres entrevistadas se autodeclararam pretas, a maioria relatou ter companheiro, exceto uma das entrevistadas, que relatou ser solteira, a média de filhos foi de um filho. A renda familiar das entrevistadas tem média de um salário mínimo e com uma média de três pessoas dependentes dessa renda (além da própria agricultura, geralmente os filhos). Sendo que uma dessas entrevistadas preside a associação.

As entrevistas nos revelaram que três agricultoras são as únicas responsáveis pela produção, outras seis compartilham com o esposo ou com toda a família envolvida e uma divide a responsabilidade com o filho. Embora haja questionamentos sobre o Recôncavo ser um território caracterizado como rural, a produção agrícola familiar é uma atividade econômica importante, assim como é nos estabelecimentos das entrevistadas.

Weisheimer (2019) destaca a variedade da produção agrícola do Recôncavo, no cultivo temporário cita a mandioca, o milho, o amendoim, o feijão em grão e o fumo. No cultivo permanente destacam-se a banana, o cacau, o café, a castanha-de-caju, o coco-da-baía, dendê,

¹ Teve início com o desenvolvimento das ações do Projeto de extensão Mulheres de Fibras, da UFRB, em 2017, se consolidando com a entrada de algumas integrantes no curso de Licenciatura em Educação do Campo, da mesma Universidade.

a laranja, o limão, o mamão, a manga e o maracujá. As entrevistadas também apresentaram diversificação na sua produção, os principais itens foram a laranja, para oito delas; a produção de hortaliças, para sete; o aipim e cacau são cultivos para seis delas; enquanto cinco plantam banana e batata-doce. Há outros produtos, como limão, chuchu, coco, inhame, acerola, manga, abóbora, feijão, maracujá e dendê, citados por número menor de entrevistadas, e o cultivo temporário do milho e amendoim para as festas juninas.

A agricultura familiar tem como uma das suas características a produção especializada para o mercado e a produção para o consumo familiar, em pequenas áreas de terras, diferentemente da agricultura patronal, que é regida por cultivo em grandes áreas com monoculturas. Essa diversidade de cultivo, além de ser sustentável, influencia positivamente na segurança alimentar, traz benefícios para o meio ambiente e garante renda ao agricultor, e ainda, abastece os grandes centros urbanos (Aires; Salamoni, 2013).

Outra característica da agricultura familiar é a mão de obra utilizada ser majoritária da própria família, sendo que as mulheres constituem importante força de trabalho no processo de produção nas propriedades rurais, desempenhando as mais diversas funções. As entrevistadas relataram que as atividades exercidas por elas no estabelecimento familiar compreendem as tarefas domésticas e o trabalho produtivo: *“Os trabalhos de dentro de casa mesmo e o trabalho da roça. Eu trabalho mais na roça, faço as coisinhas, aí de manhã vou para a roça. Chego meio dia, como uma farofa, arrumo a casa de novo, faço as coisas dentro de casa e saio de novo para a roça”* (Vitória-Régia, 2023).

A agricultura familiar ainda é fortemente marcada por valores ligados à manutenção dos papéis socialmente definidos para os membros da família com base em relações geracionais e de gênero (Santos, 2016). No âmbito doméstico, as mulheres são responsáveis pelos cuidados com os filhos, casa, roupas, preparo de alimentos, entre outros (Brumer, 2004): *“Metó a mão no campo, na enxada, cultivo, planto, colho, limpo. O interno é partilhado, todos três fazem de tudo, os serviços domésticos, lava, passa, cozinha, arruma, limpa. Mas na verdade, sempre pende mais para mim”* (Dália, 2023).

Os depoimentos destacados demonstram que, mesmo sendo essas mulheres críticas das desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho continua imperando no seu ambiente doméstico. Também demonstram que as agricultoras não estão realizando trabalho produtivo apenas no entorno das suas residências, elas assumem o trabalho “pesado” como os homens, com dispêndio da força física para assegurar a produção em todo o estabelecimento.

Quanto ao rendimento das entrevistadas, quatro delas apresentaram o valor recebido pela comercialização no PNAE como a renda principal. Outras cinco apontaram o Programa Bolsa Família (PBF), afirmando que o valor recebido no PNAE é um complemento da renda, e uma apontou outra forma como a principal. O papel do PBF na vida econômica dos mais empobrecidos nos espaços rurais está ilustrado no depoimento que segue:

Minha renda é praticamente o meu Bolsa Família que eu recebo, e como a gente participa desse PNAE é muito bom porque a gente planta, eu planto um pouquinho de tempero, planto um pouco de maracujá aí às vezes eu boto para a merenda, não é coisa de dar todos os dias né, no verão mesmo fica bem complicado. Aí a minha renda que eu tenho mesmo, fixa mesmo, é o meu Bolsa Família. Que é uma coisa que eu sei que é garantido, que não é para o resto da vida, mas que é uma coisa que a gente todo mês tem (Lavanda, 2023).

O PBF é um indicador das políticas direcionadas às pessoas em extrema pobreza no Brasil, constatar que metade das entrevistadas dependem desse programa demonstra a condição de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada pelas mulheres. Esta realidade está presente nas comunidades rurais baianas, indicando a necessidade de mais políticas públicas que ampliem o poder aquisitivo da agricultura familiar, sobretudo para as mulheres negras que enfrentam mais desvantagens no mundo do trabalho, como é atestado por Silva e Anjos (2022).

Outro aspecto que impõe limite na renda gerada pela comercialização no PNAE é a variedade no volume adquirido pelos demandantes. As agricultoras relataram que a sazonalidade reduz o volume do pedido, este fator interfere diretamente no valor a ser recebido. Santos e Anjos (2021) identificaram que a não compatibilidade do calendário do PNAE com a sazonalidade da produção, o volume dos pedidos e as compras não efetivadas nos contratos firmados são alguns dos principais entraves enfrentados pelos agricultores no Recôncavo.

Com o rendimento auferido pela comercialização no PNAE, seja como renda principal ou complementar, metade das entrevistadas afirmam que decidem de forma independente sobre seu destino. Para outras quatro mulheres, o destino do rendimento é compartilhado com o companheiro, enquanto uma afirmou que a decisão se dá com toda a família. Os rendimentos oriundos da comercialização têm finalidades variadas, de investimento na produção, das necessidades básicas da família, dos materiais necessários à educação dos filhos até a complementação da mensalidade da faculdade.

Segundo Monsen (2004), a renda de maior parte das mulheres é voltada à educação e alimentação dos demais membros da família que não possuem renda. Para Vieira, Cócaro e Silveira (2019), a renda das mulheres vai além dos números financeiros, uma vez que contribui para o bem-estar e segurança alimentar no âmbito familiar.

Entende-se, desse modo, que as mulheres que decidem sozinhas como seria gasta a renda advinda do PNAE, apesar de ter o poder de decisão, acabam considerando as necessidades e o bem-estar dos demais membros da família. Assim como foi constatado por Hernández (2010), são as mulheres que, geralmente, decidem o que fazer com o recurso, mesmo que seja destinado principalmente para despesas de casa ou produtos de consumo familiar, significando que o recurso entra no 'fundo comum' e tem que ser compartilhado.

A situação de vulnerabilidade econômica identificada das mulheres entrevistadas pode ser um fator limitador à autonomia econômica no sentido de destinar seus ganhos sem um comprometimento maior com a reprodução da própria família. Mas, também, indica que as mulheres compõem os rendimentos familiares de forma ativa, somando com as demais fontes de entradas do núcleo familiar. Esse aspecto é fundamental porque ter renda própria contribui para participar das decisões no âmbito familiar, o que resulta em redução do poder masculino e mais protagonismo das mulheres no âmbito doméstico.

Com autonomia financeira, efetivado pelos rendimentos alcançados, as mulheres adquirem poder de decisão, fato essencial para sua valorização e a tão almejada equidade entre o gênero no estabelecimento familiar. As mulheres passam a se reconhecer no seu verdadeiro lugar no âmbito da agricultura familiar, não só como trabalhadoras, mas também como gestoras do ambiente em que vivem, causando mudanças na sua posição social, econômica, cultural e política.

ASSOCIATIVISMO: UM CAMINHO PARA NÃO SER MAIS COADJUVANTE

A agricultura familiar impulsiona a economia agrária do país, em especial as das comunidades rurais marcadas pelo marasmo econômico e fora do circuito da produção agroexportadora. Os agricultores e as agricultoras encaram muitas dificuldades nos seus estabelecimentos, por isso buscam estratégias e ferramentas que os auxiliem a superar contextos adversos. O associativismo trata-se de um movimento que nos espaços rurais é primordial para assegurar melhoria nas condições de vida e na infraestrutura produtiva da agricultura familiar.

As associações são arranjos jurídicos que têm como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados (Sena; Sena; Filho, 2017). De forma coletiva, a associação possibilita a resolução dos problemas, amplificando as possibilidades de sucesso e de

conquista de direitos (Guimarães, 2010). É uma forma de inclusão, além de ser uma estratégia de desenvolvimento rural, que propicia condições para o fortalecimento econômico e social dos produtores familiares.

As Mulheres de Fibra entrevistadas expressaram suas concepções sobre a Associação que integram:

A associação é um espaço democrático, eu creio nisso né, que é um espaço democrático que vem fortalecer a cada dia as ações da comunidade, tanto coletiva quanto às necessidades de cada um [...]. Um suporte que a gente tem de reivindicar os nossos direitos e também de participar das melhorias da comunidade. [...] a associação é uma ferramenta que nós temos de alcançar objetivos coletivos e individuais (Caliandra, 2023).

[...] eu me vejo inserida onde não só me faz bem, só pela parte pessoal, mas sei que contribui para mudança da qualidade de vida de tantos outros [...]. A vida que eu falo é em questão de ter uma boa saúde, ter uma melhor alimentação, um bom escoamento do seu produto, um esclarecimento em outras áreas também que a gente sempre procura trazer a cada assembleia pautas que não só fala do PNAE, que não só fale de vendas, mas que fale de formação também em todas as esferas, judicial, saúde, educação, lazer (Dália, 2023).

O associativismo rural está presente em todo o país, com mais representatividade nas regiões com maior fragilidade econômica nas quais os agricultores convivem com mais fatores adversos, como a escassez de água no semiárido nordestino (Santos; Anjos, 2021). Segundo o Censo Agropecuário 2017, 277.755 estabelecimentos da Bahia são associados, sendo que destes, 80,35% são de agricultores familiares, revelando que a organização associativa é uma estratégia relevante para esse segmento reproduzir seu modo de vida, produzir e acessar mercados. Dentre os estabelecimentos identificados como da agricultura familiar vinculados a formatos associativos, 32,4% estão em associações de produtores e 32,1% estão em associações de moradores (IBGE, 2019; Anjos; Conceição, 2023).

O associativismo rural é, sem dúvidas, um processo presente na realidade social brasileira sob múltiplas determinações e que concretiza as demandas sociais da agricultura familiar na busca pela autonomia e desenvolvimento (Beserra, 2013). Além disso, as associações desempenham um papel fundamental na inserção dos agricultores em programas e políticas públicas de incentivo à agricultura familiar.

As agricultoras e agricultores, organizados em associações, têm mais poder para cobrar do governo melhorias na infraestrutura, saúde, educação, dentre outros direitos. As associações são reconhecidas como de interesse público, mobilizando recursos de financiamento, oriundos de organismos governamentais, quase sempre transferidos sem a obrigatoriedade de devolução, de programas públicos específicos (Dutra, 2011). Uma entrevistada corrobora esta análise:

Tudo que envolva um ser humano a gente busca trazer para dentro da instituição, para que os sócios estejam informados e sejam contemplados com os serviços de/com qualidade e dignidade. Nossa maior indignação hoje seria, a questão da saúde sempre todas as assembleias a gente pauta. E as conquistas que já tivemos, como água, o esporte com a quadra de esporte, a escola em si na comunidade, foram passos que foram tirados de dentro da associação, se temos tudo isso na comunidade foi através da luta da associação. Não foi ninguém individual, não foi ninguém que viu e trouxe, mas sentimos a necessidade e fomos buscar (Dália, 2023).

A associação, como instrumento de organização produtiva dos pequenos produtores, passa a ser uma alternativa impulsionadora do desenvolvimento local, envolvendo fatores sociais, culturais e políticos (Dutra, 2011). Uma vez que esta é capaz de articular a comercialização da produção coletivamente, viabiliza a assistência técnica, possibilita o acesso às políticas públicas e a inserção no mercado institucional (Santos; Anjos, 2021).

Assim sendo, as associações oportunizam e facilitam a inserção dos agricultores no PNAE, a da comunidade pesquisada é referência no município por estar presente em todas chamadas direcionadas à alimentação escolar.

É a associação que fomenta projetos né, ela é nossa instituição, é uma instituição que representa os moradores da comunidade perante a instituição que é executora do PNAE (Caliandra, 2023).

A associação teve tudo a ver. Porque é uma porta, para esse e outros projetos, vários outros, eu acredito que muitos ainda virão. Eu acho que é isso [...]. Me ajudou bastante em questão de documentação, porque eu não tinha DAP, nada disso, então me ajudaram ensinando como fazer para adquirir a DAP, me explicaram tudo (Sempre Viva, 2023).

Segundo Moreira *et al.* (2021), as organizações atuam em distintos aspectos, seja na articulação social e política, pelo seu papel de levar as demandas e as reivindicações dos agricultores até as prefeituras, seja nas negociações de preços e prazos de entrega, na participação das chamadas públicas e na mediação comercial, representando os produtores no PNAE.

Além do fomento na participação nos mercados institucionais, fortalecendo a agricultura e gerando renda, as associações, por serem espaço de amplo debate e de relações sociais, são também um promissor espaço para a valorização do trabalho feminino e promoção do protagonismo das mulheres rurais. Assim, Leonello (2010) traz que o associativismo contribui para a construção de uma sociedade com mais dignidade e impulsiona identidades coletivas.

O associativismo é uma forma de organização que busca a equidade entre os associados. A desigualdade de gênero, expressa pela hierarquia patriarcal nas relações sociais, é objeto de reflexão no caso estudado, o que resultou em uma associação presidida por uma mulher de fibra e com presença majoritária de associadas em outros cargos diretivos. Logo, esse espaço promove, em alguma medida, o protagonismo das agricultoras familiares, com repercussão na divisão sexual do trabalho e no seu reconhecimento como produtora, com mais poder na tomada de decisão e possibilidade de autonomia financeira com a participação em programa de políticas públicas de reserva de mercado, como o PNAE.

O depoimento de uma entrevistada ilustra a reflexão empreendida até então:

Conseguimos alcançar vários objetivos, que é a autonomia financeira, que também é importante para nós. O PNAE mudou muita coisa, a gente ganhou autonomia financeira, questão da produção, aumento da produtividade da zona rural, a consciência social e ambiental, que hoje a gente precisa ter também porque estamos alimentando milhares de jovens, crianças com os nossos produtos (Caliandra, 2023).

Anderson e Honneth (2004) definem autonomia como a autodeterminação e independência de uma pessoa na capacidade de definir as próprias metas e agir em consequência delas. Paulilo (2004) corrobora esta perspectiva ao afirmar que para as mulheres, o direito de tomada de decisão sobre a própria vida pode estar desvinculado de um salário individual, o acesso a uma renda própria. Já Sen (2000) entende que o empoderamento econômico da mulher é algo processualmente construído, tendo como suporte a obtenção de uma renda, seja por meio do trabalho individual ou coletivo, seja por meio do ganho advindo de um emprego fora de casa.

Posto isso, a participação das agricultoras associadas no PNAE resultou em uma independência financeira que reverbera, em algum grau, na autonomia econômica. Esta possibilidade de autonomia é o caminho apregoado pelo movimento das mulheres do campo e das florestas para a superação da dominação masculina, para o protagonismo feminino com destaque para a participação política (Cintrão; Siliprandi, 2010).

Estar associada, além de gerar trabalho e renda, contribuiu com o reconhecimento social ilustrado na fala de uma mulher de fibra: *“A associação ajudou assim, não só para mim, como para todas as agricultoras a ser mais reconhecidas, né. Porque assim, aonde vai e dizer assim: ‘eu faço parte da associação da Sapucaia’, pronto, ali a visibilidade é enorme, entendeu?!”* (Jasmim, 2023).

As associações são historicamente locais de lutas, reivindicações e conquistas coletivas. Para Siliprandi (2009), a articulação das mulheres em redes de luta por todo o país reivindicou, e ainda reivindica diversos direitos sociais e de previdência das mulheres rurais, busca o reconhecimento e a valorização da profissão de trabalhadora rural na agricultura familiar, além de combater a discriminação e a misoginia. Essas lutas são impulsionadas com a organização associativa, uma importante ferramenta para visibilizar a mulher rural, promover o reconhecimento social da profissional agricultora, além de gerar renda que será somada aos rendimentos familiares. Esses aspectos moldam mulheres de fibra que decidiram não ocupar mais o lugar de coadjuvantes e protagonizar a história de luta da agricultura familiar para vencer as vulnerabilidades e desigualdades que enfrentam historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou evidenciar a trajetória das agricultoras familiares associadas inseridas no PNAE com o intuito de verificar o papel desempenhado pelo programa nas condições socioeconômicas e de autonomia dessas mulheres. As narrativas revelaram a persistência da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, mas também rupturas na dominação masculina com a participação das mulheres nas decisões familiares e algum grau de autonomia econômica oriunda da comercialização coletiva no PNAE.

É evidente a importância das políticas públicas para fortalecer as lutas das mulheres rurais, que encontram no Programa Nacional de Alimentação Escolar um canal estratégico para comercializar seus produtos e se organizar coletivamente para enfrentar as adversidades cotidianas. O vínculo associativo permitiu desvendar as desigualdades de gênero com repercussão no âmbito doméstico, com participação ativa na composição dos rendimentos familiares, questionamentos nos papéis atribuídos à mulher e ao homem, assim como assumir cargos diretivos em uma associação que tem participação constante nas chamadas públicas do PNAE no município.

Não podemos afirmar que a tão almejada autonomia econômica está assegurada para o conjunto das mulheres de fibra porque metade das entrevistadas ainda têm no programa bolsa família o rendimento principal. Esse fato demonstra a situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias rurais, mas também revela a importância da renda gerada pelo PNAE para ampliar o poder aquisitivo familiar com a contribuição das mulheres. Esse fato é simbólico porque aumenta o poder de decisão das mulheres, permite que tenham papel de destaque nos rumos da produção e comercialização do estabelecimento familiar.

As conquistas apontadas não dissimulam os desafios para a equidade de gênero e melhoria nas condições econômicas das agricultoras. O PNAE não pode ser o único canal de comercialização porque os rendimentos gerados não permitiram que a metade das mulheres de fibra que compuseram o estudo superasse a condição de pobreza. Esta constatação sugere que é preciso aumentar a capacidade produtiva das famílias e, por consequência, ampliar a participação nos mercados para além da aquisição da alimentação escolar. Quanto ao trabalho reprodutivo, as agricultoras demonstram entender as imposições sociais às mulheres, mas continuam sendo as principais responsáveis, ainda que atuem no trabalho produtivo na mesma condição que os homens.

Por fim, reafirma-se a importância da organização associativa não somente como estratégia de inserção nos mercados e melhoria das condições de vida das comunidades rurais,

mas sobretudo um espaço de protagonismo feminino. O caso estudado demonstrou que o acesso ao PNAE somente foi possível pela participação na associação que descortinou a possibilidade de as mulheres terem sua própria renda. Esse fato repercute na forma de ser e sentir das mulheres, o que propicia questionamentos dos papéis e tarefas que lhes são imputadas. Elas dão um basta ao discurso da ajuda na produção do estabelecimento e de somente realizarem tarefas ditas femininas, elas são produtoras que fornecem à alimentação escolar e contribuem com a reprodução familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 132-152, 1998.

AIRES, C. H. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 41-54, Jan./abr. 2013.

ANDERSON, J.; HONNETH, A. Autonomy, Vulnerability, Recognition and Justice. *In*: CHRISTMAN, J.; ANDERSON, J. **Autonomy and the challenges to liberalism**. New Essays. Cambridge, 2004. p. 127-149.

ANDRADE, A. A. X de; SILVA, G. B.; ANDRADE, N. A. X. de. O acesso às políticas públicas no semiárido e seu reflexo na heterogeneidade da agricultura familiar: o PNAE em Boquira- BA. **Revista Extensão Rural**, v. 22, n. 2, p. 79-97, 2015.

ANJOS, E. G. *et al.* As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara/RS - v. 15, n. 2, p. 59-76, 2018.

ANJOS, E. G. *et al.* Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **RGC**, Santa Maria, v. 7, n. 14, p. 89-101, Jul./Dez., 2020.

ANJOS, E. G. dos; CONCEIÇÃO, D. de S. da. Visibilizar para reconhecer: uma análise sobre as mulheres agricultoras familiares do Recôncavo baseada no Censo Agropecuário 2017. *In*: SCHEFLER, M. de L. N. *et al.* (Org.). **Gênero, geração e comunidades tradicionais**. Salvador: Aruá Edições, 2023. p. 95-120. (Coleção Mundo Rural Contemporâneo na Bahia; v. 5).

ANJOS, E.; ROCHA, A. G.; FERREIRA, V.; LIMA, C. Caracterização dos agricultores familiares associados da Bahia baseada no Censo Agropecuário de 2017. Apresentação de trabalho. *In*: IV SIMPÓSIO DE PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS EM AGRICULTURA FAMILIAR, durante a 11ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária – FEBAFES, Salvador, 2020. **Anais** [...]. 2020.

BESERRA, M. dos R. Associativismo Rural: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado. *In*: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. O DESENVOLVIMENTO DA CRISE CAPITALISTA E A ATUALIZAÇÃO DAS LUTAS CONTRA A EXPLORAÇÃO, A DOMINAÇÃO, A HUMILHAÇÃO, 2013. Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA). São Luís, Maranhão, Brasil, 2013. **Anais** [...]. 2013. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anaiseixo12-questaoagricol aquestaoagrariasegurancaalimentarepoliticaspublicas/pdf/associativismorural.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE. **Histórico**. 01 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 14.660, de 23 de agosto de 2023. Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de agosto de 2023.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Campinas: FAO/INCRA, 2000. p. 58.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E. O Progresso das Mulheres Rurais. 2010 In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-229.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. Política de comercialização agrícola no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

COSTA, R. C.; DIAS, A. B. As Relações de Gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Uma Análise a Partir da Equipe Técnica. **Caderno de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 02, p. 51-72, 2021.

COSTA, R. M. de S. da; SODRÉ, M. L. da S. A importância do associativismo no Povoado do Jacarezinho. In: ROCHA, A. G. P. R.; ANJOS, E. G. dos. **Cooperativismo e associativismo rural na Bahia**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. p. 93-118.

DUTRA, M. F. F. **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: KOINONIA presença ecumênica e Serviço, 2011.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 73-93, 2021.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Rev. Bras. Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 364-367, fev. 2007.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, VITAL, M. F. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 80-91, 2014.

GUILHOTO, J. *et al.* A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (*Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states*). In: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, Recife, 2007. **Anais [...]**. 2007.

GUIMARÃES, G. M. A. **Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade**: um estudo de caso em Rio Verde–GO. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

HERNÁNDEZ, C. O. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 95-119.

HERRERA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208-233, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 22-34, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 08 nov. 2023.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2010.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015.

MALUF, R. **Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar**. Polis Papers 4. São Paulo: Instituto Pólis, 1999.

MENDES, V. P. S.; MARINHO, H. E.; PAULINO, A. G. L. Inclusão produtiva, políticas públicas e empoderamento das mulheres agricultoras familiares de Paraipaba – CE. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 2, p. 21-38, 2019.

MONSEN, J. **Gender and development**. London: Routledge Perspectives on Development, 2004.

MOREIRA, I. R. J. *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, v. 30, n. 3, p. 196-227, 2021.

OLIVEIRA, A. D. S. dos; MAYORGA, M. I. de O. Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso. *In*: XLIII CONGRESSO DA SOBER: “INSTITUIÇÕES, EFICIÊNCIA, GESTÃO E CONTRATOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005. **Anais [...]**. Brasília-DF: SOBER, v. 1, p. 1-13, 2005.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; DENTZ, E. V. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, n. 46, p. 09-26, 2019.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 14, n. 1, p. 86-96, 2016.

RIBEIRO, J. S.; SILVA, W. S. Compras da Agricultura Familiar para atender ao PNAE no território rural médio Rio das Contas –BA (2015-2017). **RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 82-110, 2018.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, C. P.; ANJOS, E. G. Análise do PNAE em associações da agricultura familiar. *In*: ROCHA, A. G. P. R.; ANJOS, E. G. dos. **Cooperativismo e associativismo rural na Bahia**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. p. 170-197.

SANTOS, N. A. dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais

do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, v. Esp., p. 331-337, 2016.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SEN, A. K. A condição de agente das mulheres e a mudança social. *In*: SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 220-235.

SENA, T. M.; SENA, T. M.; FILHO, L. G. da S. Associação de Produtores Rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, p. 398-406, 2017.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, F. S.; ANJOS, E. G. dos. Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento. *In*: VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia**: lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.

SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. de. Pronaf e empoderamento das mulheres rurais. Uma análise das dimensões econômica, social e política. **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 236-256, 2021.

SILVA, E. M da.; REIS, L. L. de M.; COUTO, V. de A. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 211-226, 2020.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, n. 44, p. 393-414, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. **Mulheres rurais na Bahia**: lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.

VIEIRA, A. S. D.; CÓCARO, H.; SILVEIRA, T. F. Reflexões sobre a (in)visibilidade do trabalho das mulheres rurais do município de Rio Pomba/MG. *In*: EDITORA POISSON (Org.). **Agroecologia em Foco**, v. 2. Belo Horizonte, MG: Poisson, 2019.

WEISHEIMER, N. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. 188 p.

APÊNDICE I

ROTEIRO DA OFICINA 1 (*World Café*)

- Será convidado o grupo presente, a se sentar em pequenos grupos de aproximadamente 04 pessoas por mesa. (Cada mesa estará abastecida com cartolina grande, canetinhas e folhas de A4);
- Será explicado que a dinâmica se dará com 03 rodadas de conversa e cada rodada será norteadada por uma pergunta.
- Será solicitado que elas escolham uma “anfitriã” para cada mesa, que permanecerá fixa na mesa enquanto os outros irão trocar livremente entre uma rodada e outra. Esta anfitriã terá o papel de atualizar as novas convidadas sobre os principais insights da rodada anterior, e para isso a cartolina preenchida com informações é essencial. Para isso, todas as pessoas (não só o anfitrião) são incentivadas a escrever, desenhar e rabiscar as ideias na cartolina e folhas de A4 ao decorrer das conversas.
- A primeira pergunta será apresentada para todas e o convite para conversar nos pequenos grupos será feito. A duração de cada rodada será de em média 20 a 30 minutos;
- Com o término da primeira rodada, a anfitriã permanecerá na mesa e as demais serão convidadas a mudar aleatoriamente de mesa.
- Ao chegar na segunda mesa, a anfitriã da nova mesa relatará brevemente os principais assuntos tratados na rodada anterior (com o auxílio visual do que está na cartolina) e assim ocorrerá naturalmente o fenômeno da “polinização cruzada”, isto é, a conexão de idéias entre os participantes.
- Após o relato, iniciará a segunda rodada com uma nova pergunta.
- Com o término da segunda rodada, o mesmo processo acontecerá. A anfitriã permanecerá na mesa e as demais irão se misturar.
- Após o relato, a terceira rodada se iniciará com uma nova pergunta.
- Ao final da terceira rodada, existirá o momento de compartilhamento (chamado de colheita) em que com todas as participantes, dispostas num formato circular, relatará o que mais chamou atenção nas conversas das mesas.

Questões levantadas:

- 1- O que faz você feliz?
- 2- Na sua opinião, como era ser mulher rural no tempo das suas avós? E como é agora?
- 3- Como você definiria uma pessoa independente, ou seja, com autonomia? Você se sente assim? Por quê?

APÊNDICE II

OFICINA 2 (Boas práticas para o PNAE)

Informações das participantes das Oficinas:

Idade _____

Situação civil: () Casada () Solteira () Viúva () Divorciada () Outro

Filhos () Não () Sim. Quantos? _____

Quais as suas fontes de renda? _____

O PNAE compõe a sua fonte de renda? () Não () Sim.

1. Enumere o trabalho realizado por você no estabelecimento familiar:

() Cuidar/ tratar de animais

() produção no quintal

() Cuidar das plantações do estabelecimento familiar

() Cuidar de jardim _____

() Trabalho doméstico (Arrumar/ limpar a casa, fazer comida, lavar roupa...)

() Trabalho do cuidado (cuidar filho/a, marido....)

2. Comercializa com o PNAE:

() Não () Sim, siga para a questão seguinte

3. Marque de acordo com sua opinião o que **dificulta** o acesso ao PNAE, enumerando o grau de dificuldade de **0-4**:

0-Sem dificuldade 1-Pouca dificuldade 2-Média dificuldade 3-Muita dificuldade

4-Extrema dificuldade

Pouca Produção ()	Grau de Dificuldade _____
Custos dos Transportes ()	Grau de Dificuldade _____
Documentação necessária ()	Grau de Dificuldade _____
Registros dos produtos processados, ex. polpas, iogurte, geléias, biscoitos etc. ()	Grau de Dificuldade _____
Falta de apoio da família ()	Grau de Dificuldade _____
Participação na chamada pública ()	Grau de Dificuldade _____
Conciliar os afazeres de casa com o trabalho ()	Grau de Dificuldade _____
Desconfiança em relação ao programa PNAE ()	Grau de Dificuldade _____
Falta de dinheiro para iniciar a produção ()	Grau de Dificuldade _____
Dificuldade em poder tomar decisões ()	Grau de Dificuldade _____
Sazonalidade da produção ()	Grau de Dificuldade _____
Falta de acesso às regras do PNAE ()	Grau de Dificuldade _____
Não administrar a minha renda ()	Grau de Dificuldade _____
A comunidade não incentivar a minha participação ()	Grau de Dificuldade _____
Não me achar capaz de participar do processo ()	Grau de Dificuldade _____
Meu companheiro(a) impor dificuldades ()	Grau de Dificuldade _____

APÊNDICE III

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA

1. Identificação

Nome

Idade

- Estado civil: () Solteira () Casada () União Estável () Divorciada () Viúva
- Cor/raça: () branca () preta () parda () amarela () indígena
- Filhos: () Não () sim. Quantos? _____
- Escolaridade: () Não frequentou a escola () fundamental incompleto () fundamental completo () médio incompleto () médio completo () superior incompleto () superior completo () Pós graduação
- Religião
- Sua renda: () menor que ½ SM () mais de ½ SM até 1 SM () mais de 1 SM até 2 SM () mais de 2 SM até 3 SM () Mais de 3 SM
- Quantas pessoas dependem da sua renda? () uma () duas () três () quatro () mais de quatro
- Qual a renda familiar? (incluindo todos os rendimentos da família)

2. Produção e comercialização

- No estabelecimento familiar, quem é o responsável pela produção? Ou responsáveis?
- Quais são os produtos cultivados no estabelecimento? Você sabe o volume/quantidade?
- Quais são as atividades que você desempenha no estabelecimento familiar?
- Quais são as formas de comercialização da produção familiar?
- Quem é o responsável pela comercialização? Ou responsáveis?
- Como soube do PNAE? E como foi para conseguir participar do programa?
- Além do PNAE, você comercializa com outro programa de compras públicas? Qual?
- Como você avalia sua inserção no PNAE?
- Você já comercializou no PNAE de outro município além do seu? Se não, por quê?
- Na sua opinião, qual é o papel do PNAE no escoamento da sua produção e das suas parceiras?
- Quais os produtos que já foram ou são comercializados no PNAE e quais pretendem a médio e curto prazo incluir, se houver essa projeção?
- Como você descreveria a sua vida antes e depois do PNAE?
- De que forma é decidido de como vai ser gasto o valor adquirido com a venda para o PNAE?

3. Participação na Associação e protagonismo

- Quando a Associação foi criada?
- Quanto tempo tem de associada?
- Assume ou já assumiu cargo de direção na Associação
- Qual o papel desempenhado pela Associação na sua vida?
- Compare sua vida antes de ser associada e depois de ser associada.
- Avalie o papel que a Associação desempenhou para sua inserção no PNAE?